

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI:
MESTRADO
Área de Concentração: Constituição do sujeito e historicidade

**NATUREZA, TRABALHO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: OS
PESCADORES PROFISSIONAIS DE PORTO RICO (ESTADO DO
PARANÁ, BRASIL) ENTRE AS TRANSFORMAÇÕES E AS
PERMANÊNCIAS**

DIRLENE SPONCHIADO

MARINGÁ
2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI: MESTRADO
Área de Concentração: Constituição do sujeito e historicidade

**NATUREZA, TRABALHO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: OS PESCADORES
PROFISSIONAIS DE PORTO RICO (ESTADO DO PARANÁ, BRASIL) ENTRE AS
TRANSFORMAÇÕES E AS PERMANÊNCIAS**

Dissertação apresentada por DIRLENE SPONCHIADO, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador:
Prof. Dr. EDUARDO AUGUSTO TOMANIK

MARINGÁ
2011

DIRLENE SPONCHIADO

**NATUREZA, TRABALHO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: OS PESCADORES
PROFISSIONAIS DE PORTO RICO (ESTADO DO PARANÁ, BRASIL) ENTRE AS
TRANSFORMAÇÕES E AS PERMANÊNCIAS**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik (Orientador) – UEM

Prof. Dr. Fernando Luis González Rey – UniCEUB – Brasília

Prof. Dra. Ana Tiyomi Obara - DBI – UEM

18/03/2011

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação a princípio poderia ser considerada o resultado da junção de fragmentos de estudos disponibilizados, porém, todo este material só pode fazer sentido e representar uma síntese, porque existiu a expressão de muitos olhares e reflexões proporcionadas pelas relações que vivenciei em cada etapa deste estudo.

Por todas as vivências e reflexões proporcionadas, quero agradecer algumas pessoas que contribuíram para o resultado deste estudo.

Inicialmente agradeço ao grupo de pescadores de Porto Rico. Independente da não participação direta neste estudo, eles colaboraram para a elaboração dos estudos anteriores (inclusive fiz parte de alguns). Tê-los conhecido, enfim, participado minimamente de suas vidas, possibilitou que o meu olhar não fosse indiferente ao que viviam.

A Sandro, meu companheiro de jornada, que mesmo muitas vezes não entendendo minhas escolhas acompanhou minha trajetória e com amor e paciência acreditou e apostou em mim.

À Lucy, a minha amiga/irmã que pela sua generosidade me acolheu em sua casa e no seu coração. Sinto falta da “hora do café”, momento este em que riamos muito com nossas histórias.

A toda minha família, Irene (minha mãe), Dircelei, Adilson e Volmir (irmãos), Rafael, Marceline e Erica (cunhados), Sueli e Valdecir (sogros) que me apoiaram nesta jornada, em que muitos julgaram insólita.

Entre aqueles que estiveram direta e indiretamente ligados a esta dissertação, que participaram comigo em aulas, debates, conversas jogadas fora, no compartilhar de angústias, desilusões e pretensões, todo tipo de coisa que enriquece a vida e faz dela única: Clayton, Dayene, Kelly, Carina, Juliana...

Ao meu professor e orientador Eduardo Augusto Tomanik, que com sabedoria suportou minhas angústias e ansiedades, e que com paciência e orientação acompanhou minhas elaborações.

Por fim, a Fernando González Rey e Ana Tiyomi Obara que contribuíram com suas reflexões para a elaboração desta dissertação.

RESUMO

Sponchiado, Dirlene. *Natureza, Trabalho e Representações Sociais: os pescadores profissionais de Porto Rico (Estado do Paraná, Brasil) entre as transformações e as permanências*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik. Maringá, 2011.

Este estudo teve como foco principal analisar as transformações ocorridas nas Representações Sociais sobre o trabalho e natureza elaboradas pelos pescadores artesanais profissionais de Porto Rico entre os anos de 1994 a 2009 e que já haviam sido registradas em estudos anteriores. Além de apontar as mudanças e as permanências nas representações sociais, procuramos compreender, os processos (sociais, econômicos, políticos, ambientais) que atuaram e atuam na constituição daquelas representações, e especialmente, a participação dos pescadores, quer como agentes, quer como influenciados por aquelas transformações. Para o alcance destes objetivos, dividimos este estudo em quatro trajetórias: metodológica, teórica, histórica e das Representações Sociais elaboradas pelos pescadores. Para a primeira, utilizamos a metodologia da Pesquisa Qualitativa, embasada na Epistemologia Qualitativa de Fernando Gonzalez Rey. Esta linha de reflexão caracteriza-se pelo caráter dialógico, interativo, de construção e interpretação da realidade e pela sua atenção à singularidade na produção de conhecimentos. Na segunda, apresentamos, a partir do referencial teórico proposto por Serge Moscovici e reelaborado por outros autores, como se dá a construção dos fenômenos das Representações Sociais. Para isto o caminho escolhido foi o de abordar a realidade enquanto uma construção dos sujeitos vivendo em sociedade. Na terceira, descrevemos a história da região e da cidade de Porto Rico para compreendermos as transformações, de um contexto para outro, que influenciaram nas concepções de trabalho e natureza dos pescadores. Na quarta e última, buscamos, à partir dos estudos anteriores, descrever quais eram as representações sociais de trabalho e natureza dos pescadores. Encerradas as trajetórias, fizemos as análises e discussões a partir do material descrito e apontamos que as mudanças econômicas, políticas, ambientais exigiram o aprendizado e emprego de novas estratégias de sobrevivência. As Representações de natureza e trabalho compartilhadas por estes pescadores tem se modificado gradativamente, e a intensidade das mudanças é inversamente proporcional à resistência que os pescadores exercem para que elas não mudem. A concepção de natureza permanece muito próxima da inicial, cognitivamente e afetivamente, em todos eles. As representações sociais de trabalho vão mudando porque o trabalho é a parte prática, de sobrevivência, e foi preciso que eles as adaptassem mais rapidamente. As relações dos pescadores com a natureza e o trabalho foram alteradas, mas estão tentando, ainda, manter ou readaptar suas Representações Sociais, para não precisarem mudar quem são, ou quem gostaria de ser. Os pescadores atingidos pelos processos, são igualmente ativos e participantes na (re)construção da realidade em que vivem. Consideramos que, mesmo ativos, os pescadores artesanais profissionais estão gradativamente desaparecendo, e os atuais pescadores podem ser considerados os últimos remanescentes. Junto ao processo de extinção de um grupo está também se perdendo uma cultura e uma história.

Palavras-chave: Representações Sociais, Natureza, Trabalho, Identidade

ABSTRACT

Sponchiado, Dirlene. Nature, Work and Social Representations: the fishermen of Porto Rico (Paraná State, Brazil) between the changes and continuities. Thesis (MA in Psychology) - University of Maringá. Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik. Maringá, 2011.

This study focused on analyzing the major transformations in the social representations about nature and work prepared by professional fishermen of Puerto Rico between the years 1994 to 2009 which had already been recorded in previous studies. Besides pointing out the changes and continuities in social representations, we tried to understand the processes (social, economic, political, environmental) that acted up and work on those representations, and especially the fishermen's participation, either as staff or as influenced by those changes. To achieve these objectives, this study was divided into four tracks: methodological, theoretical, historical and social representations elaborated by the fishermen. For the first, we used the Qualitative Research method, based on Fernando Gonzalez Rey's Qualitative Epistemology. This line of thinking is characterized by a dialogic and interactive character, reality construction and interpretation and attention to the uniqueness in the knowledge production. In the second, we presented, through the theoretical framework proposed by Serge Moscovici and reworked by others, how the social representation phenomena construction occurs. For this, the path chosen was to approach reality as a construction of subjects living in society. In the third, we described the history of the region and Puerto Rico City to understand the transformation from one context to another, that influenced the fishermen's conceptions of work and nature. In the fourth and last, we tried, through the previous studies, to describe which the fishermen social representations of nature and work were. As we finished these trajectories, we made the analysis and discussion from the material described and pointed out that the economic, political and environmental changes required learning and using new strategies for survival. Nature and work representations shared by these fishermen have changed gradually, and the intensity of change is inversely proportional to the resistance that fishermen exert so that they do not change. The concept of nature remains very close to the initial, cognitively and affectively, in all of them. The social work representations are changing because the work is the practical part, the survival one, and it was necessary they would adapt them more quickly. The fishermen relation with nature and work have changed, but they are also trying to maintain or readjust their Social Representations, in order not to change who they are, or who they would like to be. Fishermen affected by the processes, are also active participants in the (re)construction of reality in which they live. We believe that, even active, professional artisanal fishermen are gradually disappearing, and today's fishermen can be considered the last remaining. Along with a group extinction process we are also losing a culture and history.

Keywords: Social Representations, Nature, Work, Identity

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
NOSSOS ANTECEDENTES, INTENÇÕES E DISPOSIÇÕES	1
CAPÍTULO I	7
1. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: AS PESQUISAS QUALITATIVAS	7
CAPÍTULO II	14
2. TRAJETÓRIA TEÓRICA: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	14
CAPÍTULO III	26
3. TRAJETÓRIA HISTÓRICA	26
3.1. Um pouco da História da Região	26
3.2. Um pouco da cidade de Porto Rico	30
CAPÍTULO IV	41
4. A TRAJETÓRIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO E NATUREZA DOS PESCADORES PROFISSIONAIS: TRÊS ESTUDOS	41
4.1. Porque os pescadores profissionais de Porto Rico foram escolhidos	41
4.2. As Representações Sociais de Trabalho e Natureza	43
CAPÍTULO V	51
5. ANÁLISES E DISCUSSÕES	51
5.1. Considerando...	66
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

NOSSOS ANTECEDENTES, INTENÇÕES E DISPOSIÇÕES

Porto Rico é um município que faz parte do Estado do Paraná, Brasil, e que foi fundado oficialmente em 21 de abril de 1964. Tem uma altitude média de 252 metros e uma área aproximada de 218 km². Sua população estimada em 2009 era de 2.521 habitantes (IBGE, 2010). A cidade de Porto Rico, sede do município e local de nossos estudos, tem como coordenadas básicas de latitude, 22°46'20" Sul e de longitude, 53°16'01" Oeste.

O município e a cidade localizam-se às margens do rio Paraná, no trecho compreendido entre a foz do rio Paranapanema e a parte superior do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Este trecho foi apontado por Agostinho e Zalewski (1996) como o único não represado do Rio Paraná em território brasileiro e abriga, ainda, uma grande planície alagável.

Nos períodos de cheia, quando o rio recobre a planície, deposita nela uma série de produtos que contribuem para a fertilização da mesma; ao mesmo tempo drena, em suas águas, grande quantidade de nutrientes e materiais em decomposição, que servem para alimentar inúmeras espécies aquáticas da região. Além disso, com a invasão das águas formam-se, na planície, piscinas naturais que ficam isoladas do resto do rio e que são fundamentais para o processo reprodutivo de muitas espécies de peixes.

Processos como estes, além de outros que lá ocorrem, caracterizam a área como de elevada importância ecológica.

Os estudos conduzidos pela Universidade Estadual de Maringá revelam que esta planície apresenta elevada diversidade biológica e que este remanescente de várzea do rio Paraná tem importância fundamental na manutenção de populações viáveis de espécies já eliminadas dos trechos superiores da bacia, especialmente entre os peixes de grande porte que realizam extensas migrações reprodutivas (Agostinho & Zalewski, 1996, p.3).

Os mesmos autores informam que ali já foram identificadas cerca de 170 espécies de peixes, 60 de mamíferos, 298 de aves, 37 de répteis e 22 de anfíbios, além de mais de 360 espécies vegetais. Mesmo com toda esta riqueza, relatam que algumas espécies de aves, e aproximadamente 7% das espécies de mamíferos encontradas na região estão ameaçadas de extinção.

Segundo afirmam Agostinho e Zalewski (1996), apesar desse trecho do rio não ser represado, os represamentos a jusante (Usina Hidrelétrica de Itaipu, situada no rio Paraná, na divisa Brasil-Paraguai) e a montante (as Usinas de Porto Primavera, situada no rio Paraná, na divisa dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul; e de Rosana, situada no rio Paranapanema, na divisa dos estados de São Paulo e Paraná), interferem na sua dinâmica com um impacto muito grande. Tanto é assim que a ampla planície alagável, que podia chegar a 20 km de largura e estender-se por 480 km, foi diminuída até cerca de sua metade, em função dos reservatórios construídos. Afirmam estes autores que, após os represamentos, a extensão da planície diminuiu para 230 km.

O impacto dos represamentos, com controle da vazão artificialmente produzido, que visa a produção de energia elétrica, sem considerar as alterações ambientais e seus reflexos, seja na abundância, seja na diversidade das espécies da região, aparece mais diretamente na diminuição e no retardamento das cheias, dizem os autores.

Ainda por Agostinho e Zalewski (1996), somos informados que as conseqüências mais imediatas dos represamentos e controles de vazão para a fauna de peixes, foram: a) a ocorrência de limitações na rota de peixes migratórios, em virtude da barreira física representada pelas barragens; b) a mortalidade dos peixes juvenis nas lagoas mais rasas, e; c) a redução dos criadouros naturais pela atenuação dos extremos hidrológicos à jusante das barragens.

Para Vazzoler (1996), o início da enchente do rio funciona como gatilho para o início da desova dos peixes, e o pico da cheia funciona como o final do período reprodutivo.

(...) é a enchente, que amplia o ambiente, propiciando abrigo e alimento às fases iniciais de desenvolvimento; (...) o final do período de intensidade reprodutiva mais elevada é determinado pelo pico de cheia (...), quando os valores de duração do dia e temperatura começam a decrescer (p. 72).

De acordo com Agostinho e Zalewski (1996), a diminuição de metade das áreas de várzea do rio Paraná pelos reservatórios e a crescente utilização, de forma desordena da área de várzea, em especial pela pecuária e rizicultura, têm se mostrado incompatíveis com a preservação da diversidade biológica e com a atividade da pesca.

Os estudo de Souza *et al* (2008) que vêm sendo desenvolvidos na Planície do rio Paraná confirmam o que até então já se sabia, acrescido de notícias de maior gravidade. A partir da construção da barragem de Porto Primavera os períodos de águas altas e baixas (descarga

fluvial) estão completamente controlados. Isto significa que os períodos de cheia diminuíram e a água não avança mais para a planície, não trazendo mais, com ela, os resíduos (sedimentos). Com isto não há mais reposição dos nutrientes para o leito do rio, fazendo com que o canal se torne mais profundo; a água mais límpida e com mais areia em seu fundo; também tornando-o mais erosivo e dificultando ainda mais sua atividade na planície.

Para Souza *et al* (2008), como as descargas de cheias são poucas, pode-se dizer que o rio não se mantém funcional, o que compromete a biodiversidade do rio e os estoques pesqueiros.

A ocupação antrópica, de acordo com Agostinho e Zalewski (1996), e as regulações na vazão do rio, causadas pelo represamento, promoveram alterações ambientais e nas formas de organização econômica regionais, cujos reflexos, num prazo relativamente curto, intensificaram as dificuldades para a sobrevivência daqueles que sempre subsistiram a partir de relações estreitas e diretas com a natureza.

Devido a este trecho ainda manter rica diversidade ambiental, ele vem sendo alvo de uma série de medidas preservacionistas, que incluem a formação de Áreas de Proteção Ambiental (A. P. A. das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná) e de Parques (Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e Parque Nacional de Ilha Grande) (Figura 1). Estes autores informam que tais ações, embora necessárias, como medidas de proteção, são isoladas e têm sido insuficientes para racionalizar a ocupação deste segmento da bacia do rio Paraná.

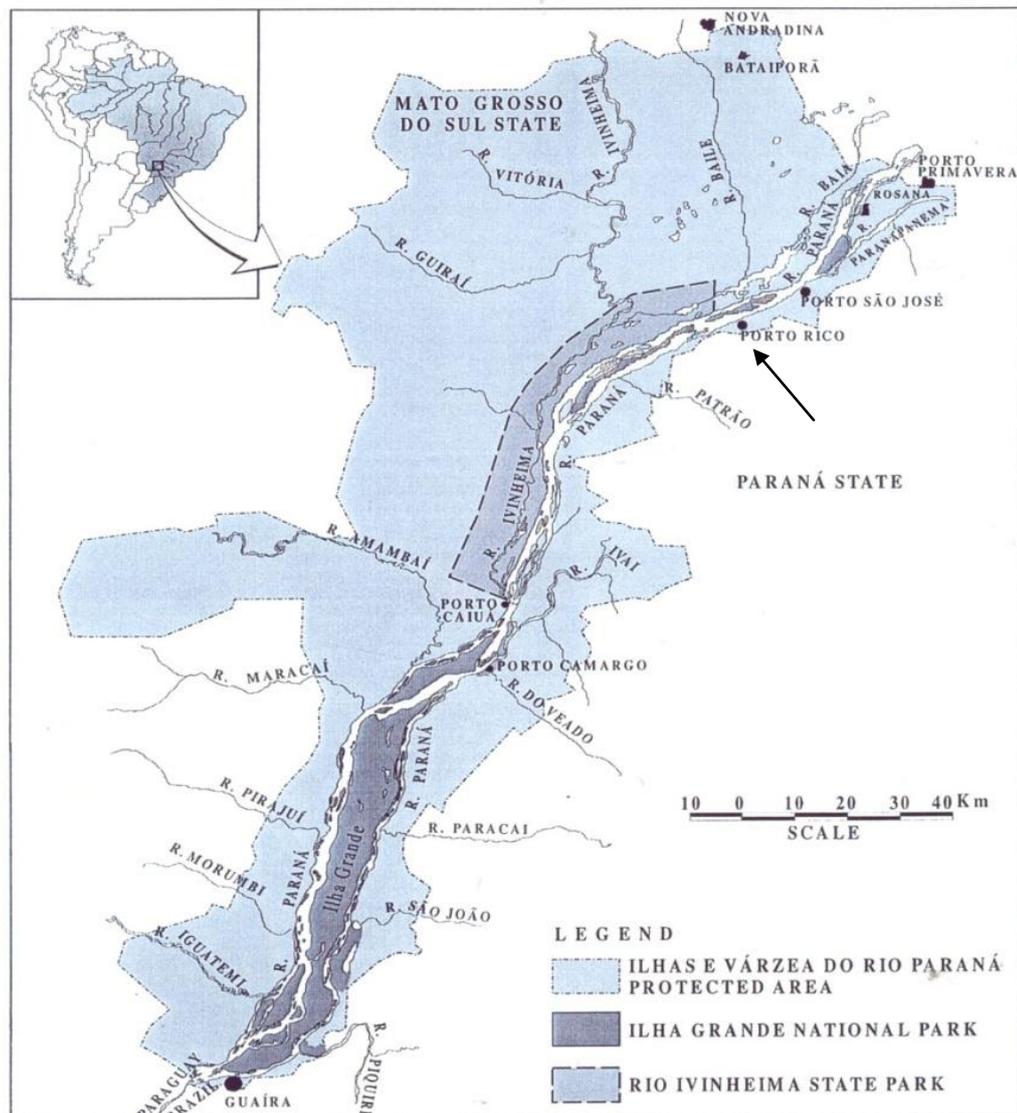


Figura 1 Mapa da cidade de Porto Rico, Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e Parque Nacional de Ilha Grande (Extraído de Agostinho *et al.*, 2000).

Em função da diversidade e dos problemas apresentados, diferentes grupos de pesquisas passaram a estudar aquele ecossistema. O primeiro deles foi o Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura (NUPELIA) da Universidade Estadual de Maringá. A ele uniram-se, entre outros, o Grupo de Estudos Multidisciplinares do Ambiente (GEMA), voltado para os estudos geográficos, geomorfológicos e climatológicos e o Grupo de Estudos Socioambientais (GESA), que focou sua atenção nas comunidades humanas e em suas relações com a natureza (Tomanik, 2002). Este último Grupo desenvolveu, entre outras, pesquisas voltadas para a compreensão das Representações Sociais de alguns segmentos da população local.

Dentre os vários trabalhos realizados, alguns foram escolhidos para embasar esta pesquisa e são enumerados a seguir:

1. Tomanik, Godoy e Elhert (1997) organizaram um censo demográfico do núcleo urbano de Porto Rico no ano de 1994, identificando origens geográficas, composições etárias, familiares, escolares e ocupacionais e as formas de ocupação e utilização do solo;
2. Godoy e Elhert (1997) demonstraram as relações entre a sobrevivência econômica dos pescadores e o meio ambiente;
3. Tomanik (1997) estudou as Representações Sociais de trabalho e natureza compartilhadas pelos pescadores profissionais do núcleo urbano de Porto Rico no ano de 1994;
4. Sponchiado, Eidt e Tomanik (2002), no ano de 1999, pesquisaram as Representações Sociais de Trabalho no núcleo urbano de Porto Rico e identificaram dois subgrupos com Representações Sociais de trabalho distintas;
5. Paiola e Tomanik (2002), no ano de 1999, pesquisaram as Representações Sociais dos filhos dos pescadores quanto à continuidade da atividade pesqueira;
6. Tomanik e Godoy (2004) realizaram, no ano de 2000, o segundo censo demográfico investigando os mesmos itens do primeiro;
7. Paiola (2009) traçou um perfil dos moradores do núcleo urbano de Porto Rico no final do ano de 2006 e,
8. Paiola, Sponchiado e Tomanik (no prelo) realizaram um levantamento das Representações Sociais de trabalho e natureza compartilhadas pelos pescadores do núcleo urbano de Porto Rico a partir de material coletado no ano de 2006.

Pela leitura dos estudos citados, pode-se notar que as temáticas “trabalho” e “natureza” estiveram presentes nos discursos da população local e em especial entre os pescadores profissionais. A importância dada pela população, a estas duas temáticas, gerou o direcionamento do objetivo geral desta pesquisa, que é analisar as transformações ocorridas nas Representações Sociais sobre natureza e trabalho elaboradas pelos pescadores profissionais de Porto Rico no período de 1994 a 2009.

Nossa pretensão, neste estudo, não foi apenas apontar as mudanças e as permanências nestas Representações Sociais, mas, também compreender, a) os processos (sociais, econômicos, políticos, ambientais) que atuaram e atuam na constituição daquelas representações e

especialmente, b) a participação dos pescadores, quer como agentes, quer como influenciados por aquelas transformações.

De acordo com o proposto, nossa intenção foi a de traçar uma linha de tempo com os vários contextos em que as representações sociais sobre trabalho e natureza foram pesquisadas, procurando identificar as transformações ocorridas, de um contexto para outro, para que pudessemos compreender como se deram as transformações das representações no grupo pesquisado e a participação dos sujeitos que as re-elaboraram e compartilharam.

Quanto à relevância do presente trabalho, ou à suas justificativas, a primeira delas está na possibilidade de contribuir com a Teoria das Representações, demonstrando os permanentes e dialéticos processos de transformação/conservação e a conseqüente transitoriedade dos fenômenos estudados dentro de um determinado período de tempo. A segunda está na possibilidade de acompanhar o movimento processual das transformações e dos fatores que os influenciaram e, então, desvelar a dinâmica desta transformação e o papel, nela, de seus participantes mais diretos, de maneira a compreender os fatores que interferem nela e, a partir disso, procurar estabelecer parâmetros de previsão e prevenção que possam interferir num futuro gerenciamento da região.

A terceira justificativa está na possibilidade de analisar quais as transformações ocorridas na vida dos pescadores profissionais e as implicações disso no modo de vida destas pessoas em um determinado período histórico. Os estudos que envolveram estes profissionais já demonstraram que as formas de ocupação profissional e de sustentação da vida estavam em transformação, e que eles não tinham boas expectativas para o futuro. Esta população apresenta modo de vida e sistema econômicos ainda diferentes do modelo hegemônico, com forte apego e dependência da natureza. Em função da dependência direta do ambiente para sobrevivência, esta população desenvolveu conhecimentos acerca da dinâmica do ecossistema em que vivem. Isso os torna capacitados e indicados para analisar o que vem ocorrendo no meio em que vivem. A existência deste tipo de conhecimentos, por sua vez, mostra a necessidade de que populações como eles sejam incluídas ativamente nos projetos de gerenciamento de lugares ou regiões nos quais se façam presentes.

Estas populações têm um papel fundamental na dinâmica dos ecossistemas ainda relativamente preservados; é destes que estas populações vivem e são elas que permitem viver o que naquele ecossistema existe. Elas devem ser respeitadas, portanto, pelo seu papel na dinâmica dos ecossistemas e por serem, também, partes destes ecossistemas.

CAPÍTULO I

1. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: AS PESQUISAS QUALITATIVAS

Para a elaboração deste trabalho buscamos compreender e seguir a concepção de metodologia científica apresentada por Tomanik (1994) que a entende como uma reflexão sobre os métodos utilizados em uma pesquisa científica.

(...) Cada tipo de pesquisa, cada objeto, cada assunto, cada problema de pesquisa, cada população ou situação a ser pesquisada deve merecer, (...) um elaborado raciocínio sobre qual seria o método, ou os métodos mais adequados para este problema, esta teoria, esta população e até para este momento histórico (p. 22-23).

Para a realização de uma pesquisa científica as escolhas metodológicas podem ser inúmeras, mas o método definido deve estar relacionado com as bases filosóficas e teóricas utilizadas, pois serão estas que sustentarão as discussões sobre os fenômenos estudados. Ao mesmo tempo, a execução de todas as etapas do processo deve estar subordinada a uma linha de raciocínio, o método, pois é ele que possibilita o entrelaçamento entre as teorias, a realidade e o raciocínio do pesquisador, para o alcance dos objetivos delimitados.

O método que acompanhou a elaboração desta pesquisa e que conduz as análises propostas está pautado na Pesquisa Qualitativa. Segundo Martins e Bicudo (1989, p. 23), a pesquisa qualitativa quer compreender os casos particulares que investiga, sem a intenção imediata de produzir generalizações ou de estender as informações apreendidas a outras realidades, “(...) sua atenção é centralizada no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados”.

Segundo González Rey (2005), a Epistemologia Qualitativa é a base da Pesquisa Qualitativa. Esta linha de reflexão caracteriza-se pelo caráter dialógico, interativo, de construção e interpretação da realidade e pela sua atenção à singularidade na produção de conhecimento. Ela visa superar o que o autor denomina como Epistemologia da Resposta, “(...) a qual é, em realidade, uma reprodução, em termos epistemológicos, do princípio estímulo-resposta dominante durante toda a primeira metade do século XX na construção do pensamento psicológico” (p. 14).

O Positivismo é uma doutrina filosófica que dominou a construção do conhecimento e se tornou referência epistemológica dominante nas ciências sociais modernas no século XX, em particular nos conhecimentos produzidos pela Psicologia. Tal perspectiva se pautava na separação entre sujeito e objeto do conhecimento, como também compreendia a realidade como linear, determinada por leis estáveis e pela obediência rigorosa ao método. As pesquisas se guiavam então, pelo empírico, descritivo, quantitativo e ateórico. “O positivismo que tomou vida nas ciências sociais e que até hoje continua dominando o imaginário da pesquisa científica nessa área ignorou tudo o que significa produção teórica, ideias modelos e reflexões” (González Rey, 2005, p. 1).

De acordo com González Rey (2005), em muitos momentos da construção do conhecimento a metodologia científica, com base na perspectiva positivista, foi compreendida como uma caixa de primeiros socorros, através da qual se obtinha as respostas para os problemas e conseqüentemente, o caminho mais adequado para a tão esperada verdade “A metodologia conduziu a um metodologismo no qual os instrumentos e as técnicas se emanciparam das representações teóricas, convertendo-se em princípios absolutos de legitimidade para a informação produzida por eles, as quais não passavam pela reflexão dos pesquisadores” (p. 2).

A proposição feita por González Rey (2005) e também compartilhada nesta pesquisa é o despertar do pensamento reflexivo para que a metodologia seja questionada, interrogada, identificando seus limites e possibilidades.

O desenvolvimento de uma posição reflexiva, que nos permita fundamentar e interrogar os princípios metodológicos, identificando seus limites e possibilidades, coloca-nos de fato diante da necessidade de abrir uma discussão epistemológica que nos possibilite transitar, com consciência teórica, no interior dos limites e das contradições da pesquisa científica. Isso nos leva a romper com a consciência tranquila e passiva com a qual muitos pesquisadores se orientaram no campo da pesquisa, apoiados no princípio de que pesquisar é aplicar uma sequência de instrumentos cuja informação se organizava, por sua vez, em uma série de procedimentos estatísticos sem precisar produzir uma só ideia (p. 3).

Para sustentar a discussão metodológica da Pesquisa Qualitativa foi necessário identificar as bases epistemológicas de tal posicionamento, para que não houvesse a utilização deste termo com uma roupagem típica dos ideais positivistas.

De acordo com González Rey (2005), a diferença epistemológica central entre o Positivismo e a Epistemologia Qualitativa reside em uma visão mais ampliada e complexa da realidade,

diferente da visão determinista e linear das explicações positivistas. Com base naquela visão, a Epistemologia Qualitativa considera a produção do conhecimento como resultante de um caráter construtivo-interpretativo da realidade; de um caráter interativo do processo de produção, e a singularidade como nível legítimo de produção de conhecimento.

O caráter construtivo-interpretativo da realidade vai além da simples repetição de teorias e de instrumentos. A realidade que é apropriada pelo pesquisador sempre é inter-relacionada, infinita, processual, e nossa leitura e compreensão, parciais. Ao afirmar que o conhecimento é construído enfatizamos que ele é um produto do ser humano, delimitado historicamente e por isto, não conclusivo e não representativo da realidade como um dado bruto e puramente externo. É pelo caráter interpretativo do pesquisador que se acessará os sentidos das expressões do sujeito estudado, cujos significados se apresentam de forma implícita e indireta. Assim, o conhecimento não significa a mera adição de fatos que são obtidos pela pesquisa empírica.

O que se busca com o caráter construtivo-interpretativo é a possibilidade de criar novos olhares sobre a realidade, o que González Rey (2005) chama de “zonas de sentido”; seria a produção de novos espaços para a compreensão dos processos que são construídos socialmente, vislumbrando a ampliação teórica.

Ao afirmar que nosso conhecimento tem um caráter construtivo-interpretativo, estamos tentando superar a ilusão de validade ou a legitimidade de um conhecimento por sua correspondência linear com a realidade. Esperança essa que se converteu, contrariamente ao que pensam e sentem seus seguidores, em uma construção simplificada e arbitrária a respeito da realidade, ao fragmentá-la em variáveis suscetíveis de procedimentos estatísticos e experimentais de verificação, mas que não possuem o menor valor heurístico para produzir “zonas de sentido” sobre o problema que estudam, afastando-se, dessa forma, da organização complexa da realidade estudada (González Rey, 2005, p. 6-7).

A produção de conhecimento existe pela confrontação das bases teóricas que o pesquisador possui com a variedade infinita de eventos que podem surgir durante o processo de investigação (caráter interativo). González Rey define a teoria “(...) como a construção de um sistema de representações capaz de articular diferentes categorias entre si e de gerar inteligibilidade sobre o que se pretende conhecer na pesquisa científica” (González Rey, 2005, p. 31). A base teórica guiará o raciocínio do pesquisador auxiliando-o nas reflexões sobre os fenômenos da realidade.

Nesta perspectiva, a teoria é um sistema aberto, em permanente confrontação com as informações. É uma forma de compreender a realidade pela produção de novos conhecimentos, e não um fim em si mesma. Assim, as pesquisas se caracterizam também pela singularidade, compreendendo que cada realidade é única, própria e se constitui durante a pesquisa a partir dos modelos teóricos que o pesquisador possui.

Não há uma formulação teórica que explique todos os fenômenos, que conclua, que apresente concepções exclusivas e que seja a última. Tal pressuposto é uma forma de propiciar aos pesquisadores, por meio da reflexão, a superação das repetições de instrumentos e de teorias.

Nesta discussão a diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa não se esgota na escolha do método a ser aplicado, mas nas bases epistemológicas que as fundamentam. Para González Rey (2005), quando se fala em pesquisa qualitativa não se exclui a análise quantitativa nem a utilização de instrumentos, pois estes também podem fazer parte da produção do conhecimento. Para ele “o principal problema está naquilo que quantificamos, dentro de que sistema teórico os aspectos quantificados vão adquirir significado” (p. 2). O equívoco ocorre quando é substituída a reflexão teórica sobre o fenômeno estudado, transferindo para a competência técnica do instrumento a cientificidade do estudo. De acordo com o autor, tal inversão empobrece o trabalho científico, pois as técnicas e instrumentos são coadjuvantes dos conceitos teóricos. Com base numa inversão deste tipo, o pesquisador se abstém do processo reflexivo que alia a teoria às informações obtidas e às possíveis interpretações que gerarão novos sentidos para a existência dos fenômenos estudados.

Ao contrário, as medições e quantificações não devem ser um fim em si, mas uma das etapas do processo de construção do conhecimento. O que se deve vislumbrar é, a partir das informações obtidas pelos instrumentos, a possibilidade de contribuir teoricamente, abrir espaço a novas formas de compreender a realidade.

De acordo com o modelo Positivista, o status de ciência era dado pelo acúmulo de dados que eram obtidos pela verificação imediata dos fatos e pelos cálculos estatísticos. “(...) associado à aceitação de uma ordem padronizada para todo projeto científico, o qual deve ser seguido estritamente durante todo o curso da pesquisa, é uma expressão do culto à ordem (...)” (González Rey, 2005, p. 80). Se na Epistemologia da Resposta o status de ciência era dado por estas características, na pesquisa qualitativa não se pretende verificar a validade da pesquisa apenas com os resultados finais, pois se compreende que “(...) não há verificação definitiva, se não que cada uma remete forçosamente a outras infinitas verificações”. (Ferrarotti citado por González Rey, 2005, p. 10).

A cientificidade de uma construção, na Pesquisa Qualitativa, é definida “(...) por sua capacidade para inaugurar zonas de sentido que crescem e se desenvolvem diante dos desafios do avanço do modelo teórico em questão, em suas diferentes confrontações com o momento empírico, no curso de uma linha de pesquisa” (González Rey, 2005, p. 81). Desta forma, situa-se a pesquisa qualitativa não como a aplicação de mais um método, mas como uma possibilidade de romper com a epistemologia positivista que não proporciona a interpretação e a construção do conhecimento. A investigação qualitativa que pretendemos adotar substitui a resposta pela construção, a verificação pela elaboração e a neutralidade pela participação.

A importância da reflexão metodológica está na possibilidade de pensar em cada etapa da pesquisa, o que significam as informações apreendidas, porque ela se apresenta de tal modo, qual a melhor forma de conduzir a próxima etapa e, assim, gradativamente construir um corpo de conhecimentos. Enfim, o raciocínio metodológico do pesquisador deve acompanhar todas as partes da construção do conhecimento.

Como González Rey (2005) afirma, uma pesquisa precisa manter uma postura crítica e historicamente contextualizada (política, econômica e social) para que a construção e a interpretação da realidade não sejam generalistas e cabíveis a qualquer contexto.

Ainda como afirmou González Rey (2005), fazer ciência é um desafio. Desafio por manter o pensamento guiado pela teoria que se mantém em construção e auxiliar no processo de resolução de problemas.

Para a condução desta pesquisa, partindo desta perspectiva e dos objetivos já apresentados, desenvolvemos a pesquisa da forma descrita a seguir.

No primeiro momento buscamos um aprofundamento na compreensão do que já foi elaborado acerca da Teoria das Representações Sociais, para dar sustentação às correlações das representações sobre natureza e trabalho. A importância de compreender as Representações Sociais foi além da sua citação no corpo do trabalho como mais uma etapa de um trabalho científico. Ela propiciou de início a reflexão, a elaboração de raciocínios sobre os fenômenos estudados, a compreensão da importância destes fenômenos na vida dos envolvidos. Isto abriu caminhos para que pudéssemos pensar como seria, a partir desta teoria, o estudo sobre os fenômenos de trabalho e natureza elaborados pelos pescadores profissionais de Porto Rico.

Sabemos que no entrelaçar da teoria com os fenômenos estudados deve existir a reflexão do pesquisador, que possibilita a criação de novas “zonas de sentido”, que seria apresentar novos olhares sobre os mesmos fenômenos.

No segundo momento, contextualizamos a região Noroeste do Paraná, como também a cidade de Porto Rico, que se situa nesta região. Os estudos utilizados para a elaboração deste momento foram aqueles que informaram sobre o desenvolvimento político, econômico social e ambiental da cidade: Tomanik, Godoy e Elhert (1997); Godoy e Elhert (1997); Sponchiado, Eidt e Tomanik (2002); Tomanik e Godoy (2004) e Paiola (2009), além de outros, que tratam de aspectos biológicos e geográficos.

Trouxemos informações sobre a região, a localidade e população, que mostravam as possíveis interferências na construção dos fenômenos, dentro do período histórico determinado. Entendemos que os processos sociais são resultantes de múltiplos fatores, e investigá-los faz parte deste processo de compreensão. Aqui, não tivemos a pretensão de somar partes da história, mas entender as ascendências destes fatores em cada momento, na elaboração das atuais representações sociais de trabalho e natureza.

No terceiro momento fizemos o levantamento e apresentação dos estudos sobre as Representações Sociais produzidas pelos pescadores de Porto Rico e publicadas até o ano de 2009: Tomanik (1997); Paiola & Tomanik (2002) e Paiola, Sponchiado e Tomanik (no prelo), em conjunto com as informações acerca do contexto em que foram elaboradas.

O processo de investigação nos trabalhos anteriores teve como foco não a soma simples de fatos para a elaboração de conclusões, mas uma análise construída, interpretada, dando vida às informações aparentemente isoladas nos contextos. Cada momento histórico produz novos rearranjos sobre a realidade. Novos desafios são criados e, com isto, novas necessidades também, restando ao homem repensar e compreender os fenômenos, à luz destes novos contextos. Este olhar é que cria a possibilidade de elaboração de novos sentidos para algo já existente.

Por fim, a partir de todo material que foi elencado (Teoria, História da região e local, e a apresentação, dos diferentes momentos, das Representações Sociais dos pescadores), foi possível identificar as permanências e as mudanças e elaborar análises próprias (correlações) que pudessem esclarecer os processos que influenciaram, ou que ainda influenciam, nas mudanças e permanências das Representações Sociais de trabalho e natureza.

Contribuíram, sem dúvidas, para a elaboração destas análises, o fato de, como participantes de um dos projetos, termos conhecido a localidade, a região e convivido com os pescadores profissionais, no período de 1998 a 1999. Graças a esta convivência, as informações sobre a região e os vários posicionamentos apresentados por este segmento da população puderam

transmitir, para nós, sentidos mais vivenciais, mesclados de afetividade; pudemos refletir não apenas sobre “dados” e números, mas sobre informações a respeito de uma região e de afirmações elaboradas por pessoas conhecidas e reconhecidas em suas materialidade e singularidade.

Para a realização do presente trabalho, voltamos a Porto Rico no início do ano de 2009. Foi um retorno breve, não sistematizado, com o objetivo de rever o núcleo urbano e principalmente ver e ouvir os pescadores profissionais sobre como estava a vida na localidade. Além deste contato *in loco*, mantivemos ligação com alguns dos pesquisadores e recebemos informações sobre os trabalhos que eles vinham executando, isto fez com que nosso retorno ao Grupo e nosso reencontro com os resultados daqueles trabalhos tenha sido mais fácil e tenha sido possível restabelecer alguns daqueles laços, de afetividade e de familiaridade, construídos anteriormente.

No desenrolar de cada momento, coerente com a proposta metodológica adotada, não tivemos a pretensão de ditar ou construir respostas conclusivas, mas apresentar os vários momentos da elaboração destas novas interpretações, a partir da realidade, estudada em suas particularidades.

CAPÍTULO II

2. TRAJETÓRIA TEÓRICA: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Este capítulo foi formulado com o intuito de dialogar com leitores pouco habituados com a Teoria das Representações Sociais, apresentando, a partir de uma linguagem acessível, como se dá a construção dos fenômenos das Representações Sociais. Este diálogo poderia ter vários começos, entretanto, o caminho escolhido foi o de abordar a realidade enquanto uma construção dos sujeitos vivendo em sociedade. É neste ponto de observação que Moscovici (2005) se coloca para afirmar que as Representações Sociais são elaboradas e disseminadas nas sociedades.

Em 1994, Tomanik (p.418) afirmou que “(...) estudar as Representações de um grupo é (...) uma forma de desvendar a ‘realidade’ tal como socialmente instituída por este grupo e assim compreender as suas ações e reações”.

Ao dizer isto, ele está, antes de qualquer coisa, assumindo a posição de que a realidade não é um fato, ou um conjunto de fatos, de acontecimentos externos e independentes dos seres humanos. Fatos e acontecimentos externos e independentes da vontade e das ações humanas ocorrem, é claro. Os seres humanos não são onipotentes e controladores de todo o ambiente em que vivem.

Por outro lado, não podemos nos esquecer que o ambiente, para os seres humanos, inclui tanto aspectos físicos (geográficos, climáticos, arquitetônicos...) e biológicos (outras formas de vida, condições de sobrevivência e de adaptação...) quanto sociais, culturais, históricos e individuais. Assim, já podemos perceber que boa parte da realidade com a qual nos deparamos é fruto das ações e da criatividade de nossa própria espécie. Não é, portanto, independente nem necessariamente externa a nós.

Se formos mais além, em nossas reflexões, podemos perceber que não nos relacionamos e nem somos capazes de nos relacionar com o mundo externo de forma direta e isenta de interpretações. Ao contrário, a realidade é sempre o resultado das interpretações que os indivíduos e os grupos humanos elaboram e compartilham sobre o ambiente em que vivem e sobre os processos que ali ocorrem.

Com isto, já seremos capazes de compreender outra insinuação, contida naquela frase de Tomanik (1994): a de que grupos diferentes podem elaborar concepções diferentes sobre a realidade.

A não existência de uma única realidade, mas de inúmeras, já foi apontada por Berger e Luckmann (1983). Para eles, um mesmo objeto, dependendo do referencial a partir do qual é interpretado, pode ser entendido de diferentes formas. Ainda dentro do tema em questão, Duarte Júnior (1984), afirma que não existe um “mundo-em-si”, mas muitos mundos, pois o homem dá diversos sentidos ao mundo e, em cada conjunto de sentidos, cria uma realidade.

Como resultado, cada objeto se apresenta ao sujeito dependendo da perspectiva de interpretação que ele compartilha com seu grupo. Como as possibilidades de interpretação de um mesmo objeto são muito variadas, podemos dizer que as realidades humanas possíveis são inúmeras. Entendemos, dessa forma, que os elementos “externos” (os fatos) existem, mas as formas de percebê-lo e de interpretá-lo dependem da história de vida do autor que os vê. A realidade passa a ser compreendida, assim, como a interpretação que elaboramos sobre os fenômenos do mundo. É nesse sentido que Duarte Junior (1984, p.11), afirma que “o mundo se apresenta com uma nova face cada vez que mudamos a nossa perspectiva sobre ele. Conforme nossa intenção ele se revela de um jeito”.

Na mesma linha de compreensão, para Berger e Luckmann (1983), nossa realidade básica é formada pelo conjunto de coisas, elementos, ideias, que fazem parte da nossa vida diária e das quais sabemos o significado, usos e funcionamento. Realidade é, antes de qualquer coisa, o que é conhecido e reconhecido pelo grupo. É o conhecido, o familiar, com que estamos em contato cotidianamente, no terreno firme do dia-a-dia. Essa realidade mais próxima é chamada, por Berger e Luckmann (1983), de Realidade da Vida Cotidiana (RVC).

Além dela, o homem transita, ainda, por várias outras realidades: o mundo dos seus sonhos, seus sentimentos, as pessoas com as quais não convive diretamente, mas que sabe que existem, outros povos, outros hábitos, outras regiões da terra onde nunca esteve, mas sobre as quais possui informações, outros climas, outros corpos celestes...

Entendemos, então, que as realidades são interpretações, construções culturais, que os grupos elaboram para viver e sobreviver em um dado lugar geográfico, social, econômico, político, religioso e etc., e também que,

(...) não existe uma realidade objetiva a priori, mas sim que toda realidade é representada, quer dizer, reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema

cognitivo¹, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do seu contexto social e ideológico² que o cerca (Abric, 2000, p. 27).

O que se quer com este início é apontar que a realidade, por mais que ela apareça, para nós, com algo dado, pronto, acabado, ou disponível de forma passiva ao interesse humano, é uma produção humana. Mesmo sendo o homem que constrói sua realidade, muitas vezes ele não se percebe como autor em sua vida cotidiana. Ao contrário, “(...) percebe-se como sendo conduzido por forças (naturais ou sociais) sobre as quais ele não tem e não pode ter controle algum” (Duarte Júnior, 1984, p. 12-13).

Porém, de acordo com a perspectiva assumida, “(...) a construção da realidade é um processo fundamentalmente social: são comunidades humanas que produzem o conhecimento de que necessitam, distribuem-no entre seus membros e, assim, edificam a sua realidade” (Duarte Júnior, 1984, p. 36).

Nesta perspectiva, o homem é um ser ativo e criativo, tudo o que o rodeia é permeado por suas ações e interpretações, inclusive a realidade é uma construção que ocorre à partir de sua interação com o mundo em que vive. “O que estamos sugerindo, pois, é que pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam” (Moscovici, 2005, p. 45).

Compreendendo que a realidade é uma construção social, feita por homens ativos (mesmo que muitas vezes não se percebam como tal), na relação com outros homens, então, o estudo das Representações Sociais, possibilita o acesso à realidade dos grupos e comunidades. Da mesma forma, são nestas realidades, que os indivíduos em seus grupos elaboram e compartilham suas representações sociais.

Buscando uma definição, Jodelet, citada por Sá (1993, p. 106), afirma que a Representação Social é “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Tomanik (1997, p.259), sem discordar dos autores citados, compreende que,

(...) as Representações Sociais são as formas como o ambiente (entendido aqui tanto como conjunto de fenômenos físicos, quanto como a multiplicidade dos processos sociais) vivido

¹. Apenas como ilustração, “(...) os processos cognitivos incluem [entre outros] a percepção, a lembrança, o julgamento, a resolução de problemas e a tomada de decisões” (Michener, DeLamater e Myers, 2005, p. 14)

² “a ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados” (Chauí, 1982, p. 86).

por um indivíduo ou grupo é repostado por ele no presente de forma a orientar as ações individuais e ou coletivas.

De acordo com Abric (2000, p. 28),

(...) a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Por ser uma interpretação da realidade de um grupo, as representações não correspondem a conhecimento certo ou errado, mas por possuir força na mobilização de grupos é geradora de ações sociais.

Diante do apresentado, entendemos que as Representações Sociais são conjuntos de conhecimentos, teorias populares, do senso comum, que, pelas relações sociais, passam a ser compartilhados e geram novos significados, num permanente processo dialético de trocas, isto é, que promove mudanças, seja nos homens, no seu pensar/sentir e no seu mundo.

As Representações são construídas no dia a dia, por meio dos contatos sociais entre os indivíduos e ou grupos e destes com o seu meio físico, com a finalidade de construir e interpretar o real. Esse conjunto de saberes é uma forma de ver, compreender e justificar a realidade e, então, são as referências pelas quais os sujeitos agem no mundo.

Sá (1993, p. 27) afirma que esse conhecimento trata,

(...) com certeza, de uma compreensão alcançada por indivíduos que pensam. Mas não sozinhos. A semelhança de seus pronunciamentos – se não com os dos interlocutores do momento, pelo menos com os de outros grupos de que participe – demonstra que terão pensado juntos sobre os mesmos assuntos.

Concordando com Sá e Spink (1993) também entende as representações sociais como construídas na interação do indivíduo com o grupo a que pertence, assim como por meio do contato do indivíduo com outros grupos sociais. O diálogo é a principal forma de expressão das representações consensuais, elaboradas quando indivíduos pensam conjuntamente a respeito de um mesmo objeto ou fenômeno.

Trata-se de um conceito globalizante, através do qual o indivíduo é concebido como um todo, em que o singular e a totalidade social são indissociáveis, e o sujeito, ao elaborar e comunicar suas representações, recorre a significados socialmente constituídos e de sentidos pessoais (...) decorrentes de suas experiências cognitivas (Spink, 1993, p. 70).

A linguagem é a forma por meio da qual os indivíduos expressam suas ideias, conceitos e valores acerca de determinado objeto ou fenômeno, ao mesmo tempo em que apreendem conceitos, ideias e valores dos demais integrantes do grupo social a que pertencem, assim, como de outros grupos sociais, explica Spink (1993), ao dar ênfase na interação social entre os homens e ao diálogo decorrente dessa interação.

Como dito, as Representações explicam o que compõe o dia-a-dia das pessoas ou grupos, então “(...) toda representação [é a representação] de algo ou de alguma coisa” (Moscovici, 1978, p. 64-65). Podemos entender, também, que toda ação dos homens em seus mundos é uma ação que tem como referência as suas representações.

Toda representação é, portanto, uma forma de visão global e unitária de um objeto, mas também de um sujeito. Esta representação reestrutura a realidade para permitir a integração das características objetivas do objeto, das experiências anteriores do sujeito e do seu sistema de atitudes e de normas (Abric, 2000, p. 27-28).

Moscovici (2005), ao propor a Representação Social explica que ela não é a reprodução mecânica de algo, que representar significa reinterpretar a realidade a todo instante e interagir, mudando-a novamente. “De fato, representar uma coisa, um estado, não consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo, ou reproduzi-lo; é reconstruí-lo, retocá-lo, modificá-lo o texto” (Moscovici, 1978, p. 58).

Acerca de como são criadas e da permanência das Representações no cotidiano de um dado grupo, Moscovici explica que

(...) pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto que velhas representações morrem (2005, p. 41).

Como aponta Sá (1993), as representações sociais são formadas nos grupos, com indivíduos pensantes, que possuem pronunciamentos semelhantes, e que reelaboraram o pensamento juntos. “Isto é o que se entende por uma explicação psicossociológica da origem dessa forma de pensamento social, que Moscovici denominou ‘Representações Sociais’” (p. 27). Só a partir do momento em que determinado fenômeno ou objeto passa a ser elaborado pelos indivíduos dentro do universo consensual é que há possibilidade de construção de uma realidade social. “Uma realidade social, como a entende a teoria das Representações Sociais, é

criada apenas quando o novo ou não familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais” (p. 37).

Como a origem das Representações Sociais se dá na interação do meio social com o meio físico, por intermédio de indivíduos que pensam individual e coletivamente, então, se algo mudar na base, tudo o que é decorrente, também muda. Por esta compreensão, cada novo momento histórico trás consigo alterações nas Representações Sociais.

Segundo Moscovici (2005) as representações sociais têm a função primeira de “tornar familiar o não familiar” pela apropriação de elementos que não eram compreendidos e que, então, passam a ser reelaborados, através da criação das Representações sociais, explicou Moscovici (2005): “A presença real de algo ausente, a ‘exatidão relativa’ de um objeto é o que caracteriza a não-familiaridade” (p. 56).

Moscovici (2005) explica que o indivíduo experimenta o não-familiar quando percebe que perdeu suas convenções, quando as certezas se transformaram em dúvidas, e que as formas usuais de responder ou resolver as situações já não servem mais. O movimento, então, para compreender o não-familiar, se dá pela necessidade de afastar as incertezas, pois o que é estranho traz desconforto para o indivíduo e seu grupo.

(...) o estranho atrai, intriga e perturba as pessoas e as comunidades, provocando nelas o medo da perda dos referenciais habituais, do senso de continuidade e de compreensão mútua. Mas, ao tornar o estranho familiar, ele é tornado ao mesmo tempo menos extraordinário e mais interessante” (Sá, 1993, p. 37).

Para Moscovici (2005, p. 56), a elaboração de Representações Sociais é uma forma de rerepresentar, de transformar o que incomoda em nosso mundo, de trazer para perto o que está longe, o que está fora para dentro. É dar um sentido de continuidade para a rotina, já que o não familiar trás a ruptura da estabilidade dos conhecimentos e sentimentos.

Quando tudo é dito e feito, as representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não-familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade. E através dela nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que parecia abstrato, torna-se concreto ou quase normal (Moscovici, 2005, p. 58).

A partir da função inicial apresentada por Moscovici para as Representações Sociais, com o intuito de auxiliá-lo no desenvolvimento da Teoria, Sá (1996) e Abric (2000), descreveram, de forma detalhada, outras funções das Representações Sociais.

A *função de saber* está relacionada diretamente a função inicial desenvolvida por Moscovici, que é auxiliar na compreensão dos fenômenos, para então explicar a realidade, o que seria transformar o não-familiar em familiar. Ela permite a aquisição de novos conhecimentos e a interação desses ao corpo de conhecimentos já existentes e elaborados socialmente por seus atores. Exercendo esta função, as Representações Sociais, “(...) permitem que os atores sociais adquiram conhecimento e os integrem em um quadro assimilável e compreensível para eles próprios, em coerência com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem” (Abric, 2000, p. 28-29).

Ainda para Abric (2000), as representações sociais têm papel importante na *formação da identidade* e esta, por seu lado, influencia na elaboração e utilização das representações sociais. As Representações Sociais, além de constituírem um corpo de conhecimentos “(...) contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001, p. 22), permitem a identificação pessoal ou intra-grupal ou a diferenciação extra-grupal, na medida em que os indivíduos se reconhecem como pertencentes, ou não, a um dado grupo a partir de compartilharem ou não daqueles conhecimentos e da concepção de uma realidade em comum (*eu sou* um dos que pensam assim; *estes* são os que pensam da mesma forma; *aqueles* são os que pensam de forma diferente). Esta identidade é marcada e valorizada por produções ou características que destacam positivamente o grupo (*eu e meu grupo* somos melhores que *eles*, porque *nós* pensamos desta forma ou porque acreditamos nisto e *eles* não).

A *função de orientação* é exercida pelas Representações Sociais na medida em que norteiam os comportamentos e as práticas dos grupos, por auxiliar na definição da identidade, como também por reproduzirem os códigos de valores do grupo. Dessa forma, aumentam a capacidade de interação entre os indivíduos, facilitando e orientando as relações interpessoais.

De acordo com Abric (2000), com relação à *função justificadora*, as Representações permitem aos indivíduos em seus grupos, por meio dos saberes que desenvolvem, das identidades construídas, embasarem e avaliarem as condutas, norteando os comportamentos e as práticas dos grupos. O comportamento dos grupos se pauta nos conhecimentos, que são a base que fundamentam suas ações, antes como depois das ações. Esta função respalda os indivíduos, depois das ações, perante seus parceiros.

Entendemos assim, que as Representações Sociais são formas de conhecimentos que explicam, organizam, legitimam e preservam a vida cotidiana e a integridade dos grupos ou comunidades que as produzem.

Como dito, a finalidade primeira das Representações Sociais é tornar familiar o que é estranho ao indivíduo e seu grupo. Para a elaboração das representações, e para que este processo ocorra, segundo Spink (1993), são utilizados dois mecanismos, a ancoragem e a objetivação.

Para Moscovici (2005, p. 61), “Ancorar é (...) classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras”. No processo de ancoragem o indivíduo, inserido no grupo social, busca categorizar, ou seja, classificar aquilo que até então era desconhecido e não tinha nome. Classificamos pessoas, objetos ou ideias de acordo com categorias historicamente elaboradas. Para que ocorra o processo de ancoragem, é necessário que o indivíduo tenha armazenado na memória um modelo que defina as categorias dos objetos ou fenômenos que já existem para ele. Os conhecimentos prévios servem de base para que ocorra a aproximação gradativa ao desconhecido. “O primeiro passo para superar essa resistência, em direção à conciliação de um objeto ou pessoa, acontece quando nós somos capazes de colocar esse objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-lo com um nome conhecido” (p. 62).

No processo de ancoragem, complementa Sá (1993), as representações já existentes são utilizadas como pano de fundo para a elaboração de novas representações. O suporte exercido pelas representações anteriores funciona como base para os processos de classificação, em categorias que estão presentes na memória do indivíduo, e de denominação, à partir do qual o novo objeto conhecido passa a ser conhecido e reconhecido.

O processo de objetivação acontece quando, de um determinado conceito, é possível formular uma imagem capaz de atribuir um significado mais amplo e compreensível ao conceito em si. A consequência da objetivação é que o objeto sai da abstração e ganha materialidade no mundo dos sujeitos; passa a ser considerado como algo real.

(...) objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância. Temos apenas de comparar Deus com um pai e o que era invisível, instantaneamente se torna visível em nossas mentes (Moscovici, 2005, p. 71-72).

A ancoragem e a objetivação ocorrem simultaneamente e possuem o intuito de realizar a atribuição de nomes, e tornar familiar aquilo que até então era considerado estranho. Nestes

processos, as novas informações serão aproximadas aos nossos quadros de referências já estabelecidos, assim, sendo possíveis comparações e interpretações que, na sequência, possam ser reproduzidas e inseridas no quadro inicial de referências.

A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (Moscovici, 2005, p.78).

Através destes dois mecanismos básicos as Representações Sociais são construídas no interior de contextos específicos e incorporam, em si, tanto características do contexto quanto elementos dos interesses e da história dos que as elaboraram.

Tomando como ponto de partida esta dinâmica de sua construção, alguns estudiosos vêm preferindo considerar e pesquisar as Representações Sociais como o *produto* final de um processo de elaboração, enquanto outros preferem focar os *processos* de construção, ainda que sem desprezar os resultados finais.

Segundo Wagner (2000, p. 3)

(...) essa diversidade é provavelmente devida às múltiplas facetas do próprio conceito de representação social. Por um lado, representação social é concebida como um processo social de comunicação e discurso. Por outro, representações sociais são vistas como atributos individuais, como estruturas de conhecimento individualmente acessíveis, embora compartilhadas. Esse ponto de vista dual do conceito o torna versátil, dando margem a várias interpretações e práticas que nem sempre são compatíveis umas com as outras.

Segundo o mesmo autor, existem mesmo duas visões relativamente diferenciadas sobre o que seja ou sobre o que deve ser considerado como uma representação social. Uma destas visões a entende como

(...) um conteúdo mental estruturado – isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico – sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente compartilhado com outros membros dos grupos social. Isso pode ser chamado de visão distributiva (...). Na visão coletiva, a representação social é vista como um processo público de criação, elaboração, difusão e mudança do conhecimento compartilhado no discurso cotidiano dos grupos sociais (Wagner, 2000, p. 3 e 4).

O próprio Moscovici pode nos auxiliar e direcionar nosso posicionamento, diante desta discussão. Ele reconhece, inicialmente, que

Representações sociais (...) são representações de alguma coisa ou de alguém. Elas têm um conteúdo específico – implicando, este específico, além do mais, que ele difere de uma esfera ou de uma sociedade para outra. No entanto, estes processos são significantes, somente na medida em que eles revelam o nascimento de tal conteúdo e suas variações. Afinal, como nós pensamos não é distinto daquilo que pensamos (Moscovici, 2005, p. 106).

Em outro trecho, ele reafirma que, mesmo que elas possam aparecer, depois de elaboradas, como um produto,

(...) toda representação social é constituída como um processo em que se pode localizar uma origem, mas uma origem que é sempre inacabada, a tal ponto que outros fatos e discursos virão nutri-la ou corrompê-la. É ao mesmo tempo importante especificar como esses processos se desenvolvem socialmente e como são organizados cognitivamente em termos de arranjos de significações e de uma ação sobre suas referências (2005, p. 218).

Ele ainda nos alerta que “(...) esses processos são a ação de sujeitos que agem através de suas representações da realidade e que constantemente reformulam suas próprias representações” (Moscovici, 2005, p. 218).

Além de servir como um alerta sobre a conveniência de seu estudo primordialmente como um processo, esta discussão sobre este tema pode nos auxiliar a destacar alguns tópicos importantes sobre as Representações Sociais.

Primeiro: embora possa ser percebida e captada com mais facilidade nas manifestações verbais, “(...) uma representação é mais do que uma imagem estática de um objeto na mente das pessoas; ela compreende também seu comportamento e a prática interativa de um grupo” (Wagner, 2000, p. 11).

Assim, não é suficiente supor que as representações produzem ou direcionam formas de comportamentos individuais ou coletivas e que são, eventualmente, influenciadas por estas ações. Uma suposição como esta toma como base uma série de supostas separações, que já foram clássicas na Psicologia, entre, por exemplo, as ações e os processos cognitivos ou entre os processos individuais e coletivos. Ao contrário, a compreensão dos processos de representações sociais nos permite pensar que

(...) toda “cognição”, toda “motivação” e todo “comportamento” somente existem e têm repercussões uma vez que eles signifiquem algo e significar implica, por definição, que pelo menos duas pessoas compartilhem uma linguagem comum, valores comuns e memórias comuns. É isto que distingue o social do individual, o cultural do físico e o histórico do estático (Moscovici, 2005, p. 105).

Segundo: ainda de acordo com a mesma linha de raciocínio, as Representações, ao mesmo tempo em que são construções sociais, culturais e históricas, são também processos psicológicos:

(...) as representações são sociais, pelo fato de serem um fato psicológico, de três maneiras: elas possuem um aspecto impessoal, no sentido de pertencer a todos; elas são a representação de outros, pertencentes a outras pessoas ou a outro grupo; e elas são uma representação pessoal, percebida afetivamente como pertencente ao ego (Moscovici, 2005, p. 211).

Terceiro: não há porque pensarmos que as representações são apenas processos cognitivos, pura reflexão sobre um objeto ou o momento atual. Ao contrário, elas são sempre permeadas e trazem, em si, as tradições e a história do grupo, suas crenças maiores e seus sonhos de futuro, além das emoções, sentimentos e projetos dos sujeitos que as compartilham.

Quarto: à partir da compreensão dos processos de construção das Representações Sociais, pode-se perceber que elas são estruturas flexíveis e dinâmicas, porque são as pessoas, com o objetivo de superar dificuldades, que as constroem e as reconstroem a partir de suas necessidades. Quando as representações sociais deixam de ser funcionais, os indivíduos, em seus grupos, sentem necessidade de reformulá-las ou substituí-las. Por isto, convém reafirmar que, no estudo destes processos

(...) o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual. Tais representações aparecem, pois, para nós, quase como objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações (Moscovici, 2005, p.40).

Assim, o estudo das representações sociais, compreendidas desta forma, nos permite e nos força a considerar que

(...) os indivíduos, em sua vida cotidiana, não são apenas (...) máquina passivas para obedecer a aparelhos, registrar mensagens e reagir à estimulações exteriores (...). Pelo contrário, eles possuem o frescor da imaginação e o desejo de dar um sentido à sociedade e ao universo a que pertencem (Moscovici, 1978, p. 56).

CAPÍTULO III

3. TRAJETÓRIA HISTÓRICA

3.1. Um pouco da História da Região

Sá (2002) afirma que as terras que hoje constituem a região do noroeste paranaense foram, originariamente, ocupadas pelos índios. Esta ocupação já ocorrera muito antes da chegada do homem branco. Em função desta ocupação, ao contrário do que afirmam alguns dos livros de História sobre a região, aquele espaço não se constituía em um vazio humano.

Assim, a história da ocupação do Estado do Paraná não se resume a ações simples como chegar, desmatar, e se instalar, mas é uma história de contendas, expulsão e dominação que pode ter sido iniciada muito antes das frentes colonizadoras do homem branco (Sá, 2002, p. 39).

Rosa (1997) descreve dois momentos recentes deste processo de colonização. O primeiro deles ocorreu no século XIX no norte e noroeste do Paraná, por grupos vindos principalmente do Estado de São Paulo. Esta ocupação se deu através das chamadas *frentes pioneiras*, que tinham a intenção de implantar empreendimentos econômicos na região. Como parte da atuação destas frentes, “(...) empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais e bancárias, loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, e financiam a produção e o comércio” (Martins, 1975, citado por Rosa, 1997, p. 371).

Segundo Rosa (1997) é a partir da “ocupação moderna”, que ocorre por volta da década de 1920, que se registra oficialmente a tentativa de ocupação da região. Neste momento o Estado do Paraná concede as terras e a tarefa de colonizar a região para a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), com o apoio da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (CEFSPRG). De acordo com Rosa (1997), por volta de 1930, muitas das terras que haviam sido concedidas a CEFSPRG e a BRAVIACO retornaram ao patrimônio do Estado, porque estas empresas não haviam cumprido os contratos estabelecidos. “Coube, portanto, ao Estado a colonização da porção noroeste do Paraná, porção esta correspondente àquelas terras retomadas” (Sá, 2002, p. 31). O Estado assume a tarefa, divide as terras, e as

vende a preços baixos. Ao final da década de 1960 a (re) ocupação do território já estava concluída, não havendo mais terras a serem ocupadas.

Em função das disputas pela posse das terras, estes processos de ocupação não foram tranquilos, mas sempre permeados de muitas lutas que, na maioria das vezes, eram sangrentas.

Os registros das ocupações locais não demonstravam passividade das partes interessadas no processo, todas as tentativas de colonização foram disputadas e, na sua maioria, com mortes (Sá, 2002). Como parte deste processo, as diversas tribos que habitavam originalmente a região foram dizimadas. “Atualmente, nada subsiste dos antigos habitantes, nem mesmo nas ilhas e várzeas do rio Paraná” (Rosa, 1997, p. 374).

O processo de colonização atraiu milhares de migrantes entre as décadas de 1940 e 1960. Muitos agricultores, nordestinos, paulistas, paranaenses, gaúchos, catarinenses, puderam pela primeira vez tornar-se donos de um pedaço de terra. Os proprietários de terras trabalhavam em parceria com arrendatários, posseiros e parceiros, ocupando grandes contingentes de mão de obra, numa forma de economia que era essencialmente agrícola. A maior parte das terras que margeavam o rio Paraná, no lado paranaense, estava ocupada pela lavoura de café.

Rosa (1997) relata que a região, pelas ótimas terras, era conhecida como o *Novo Eldorado*. “Os municípios ali criados receberam denominações que demonstram as expectativas dos agricultores que vieram desbravar as matas, como por exemplo, Terra Rica, Porto Rico, Diamante do Norte, Paraíso do Norte, Querência do Norte e outros” (p. 378). Esta região chamada Norte Novíssimo de Paranavaí, cresceu de forma acentuada, superando a população do Norte Novo de Maringá.

O cultivo do café estava em crescimento constante, porém, Paiola (2009), citando Cancian (1981), descreve a crise econômica mundial de 1929 como o primeiro sinal de alerta para esta cultura. Rosa (1997) destaca que a superprodução mundial de café entre 1945 e 1965 produziu excedentes não absorvidos pelos mercados interno e externo, o que comprometeu definitivamente a cultura cafeeira. A erradicação desta cultura foi uma alternativa assumida pelos produtores paranaenses diante das superproduções e também foi estimulada por um órgão governamental denominado Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA).

Com o problema do cultivo do café ainda não resolvido, iniciava-se outro. A erradicação praticamente forçou a liberação das terras para o plantio de pastagens. O momento era delicado para os arrendatários, parceiros e pequenos proprietários de terras, pois além das

perdas financeiras, as parcerias que existiam com os grandes produtores de café foram desfeitas. A atividade da pecuária não conseguia absorver todos os trabalhadores envolvidos com as lavouras cafeeiras.

Os pequenos produtores, parceiros e arrendatários, plantavam algodão, mandioca e milho nas grandes e médias propriedades, com o compromisso de entregarem as terras com pasto ao final do contrato, em geral de três anos. Os que não conseguiram um contrato de parceria ou arrendamento, nem uma empreitada para arrancar o café, passaram a assalariados permanentes ou temporários, enquanto os pequenos proprietários vendiam suas terras e se dirigiam à zona urbana ou para outras regiões fora do Estado (Rosa, 1997, p. 381).

A venda das pequenas propriedades de terras aos grandes produtores acelerou o aumento no número de latifúndios na região. Os pequenos proprietários de terras, arrendatários e parceiros, diante da dificuldade em produzir e manter o próprio sustento precisaram partir para outras atividades que propiciassem o sustento de seus grupos familiares. A pesca passou a ser uma alternativa. Ela, que era praticada como um complemento da renda e especialmente da composição alimentar, passou a ser, para muitos, a fonte principal de subsistência. “A pesca aparece não como uma atividade escolhida, mas como a única que resta, numa região em que outras possibilidades ocupacionais são escassas” (Universidade Estadual de Maringá, 1995, citada por Sá, 2002, p. 58).

O sonho do *Novo Eldorado*, para a grande maioria dos imigrantes, começa a sucumbir. O sonho dos pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros, de possuírem um pedaço de terra e mantê-lo, não se concretizou. Tudo estava se desfazendo: sonhos, conquistas e parcerias.

De acordo com Rosa (1997) a região do Norte Novíssimo, considerada promissora e em franco desenvolvimento, se depara com conflitos entre fazendeiros e posseiros, desemprego, falta de expectativas de trabalho e o alto índice de evasão da população, que estava se direcionando para os centros urbanos e até para outros estados, em busca de novos postos de trabalho. A autora relata que, como forma de atenuar o problema, muitas famílias desempregadas foram transferidas, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para os Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia. Os que buscaram refúgio nas ilhas do rio Paraná sobreviviam de pequenas plantações e da extração dos recursos naturais. Porém as enchentes de 1982/83 expulsaram os moradores das ilhas “(...) para o continente,

provocando novos conflitos, pois não existiam condições de absorção dessa mão-de-obra na região” (p. 383).

A acelerada modernização do trabalho no campo, na década de 1970, determinou nova reorganização na economia. As indústrias, os locais de processamento e comercialização da produção ficaram concentrados nas cidades maiores, pois as cidades do Norte Novíssimo, com a economia desacelerada, poucos postos de trabalho, evasão populacional, produção primária na base de técnicas rudimentares, desvinculadas das novas e modernas formas de produção, deixaram de ser atrativas para novos investimentos. O êxodo de 20% da população do início desta década se prolonga pelas décadas seguintes até os dias atuais, ainda que em proporções menores. Os imigrantes, que no início da colonização apareciam como solução, se transformaram no problema vigente (Rosa, 1997).

Com todos os problemas econômicos e sociais apontados, os trabalhadores ribeirinhos que permaneceram na região sofriam com a exploração desmedida da natureza (pesca indiscriminada, a construção de várias barragens que represaram os leitos dos rios, a pecuária extensiva) que se transformava em mais um problema. O leito do rio Paraná “(...) entre a foz do rio Paranapanema e o reservatório de Itaipu, vem sofrendo um processo acelerado de modificação das condições ambientais, que afeta, principalmente, a população mais pobre, que se encontra sem alternativas de sobrevivência” (Rosa, 1997, p. 390).

Paiola (2009) afirma que entre os anos de 1920 e 1960 foram construídas nada menos que 120 barragens de médio ou de grande porte, ao longo da Bacia do rio Paraná. Próximas a Porto Rico e exercendo influência direta sobre as condições ambientais regionais, foram construídas as Usinas Hidrelétricas de Itaipu, a jusante e, a montante, as Usinas de Porto Primavera e de Rosana, esta última situada no rio Paranapanema. Tais barragens, em conjunto com os processos de ocupação da região e a criação de parques e áreas de preservação, estaduais e nacionais, provocaram reorganização econômica e ambiental, dificultando a sobrevivência das pessoas que, naquela região, viviam em contato mais direto com a natureza.

Rosa (1997, p. 391) analisou dados publicados em 1991 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e conclui que, agrupando-se “(...) os municípios que beiram o rio Paraná, entre a foz do rio Paranapanema e o reservatório de Itaipu, (...) encontra-se para o Estado do Paraná a indicação de que 34,2% da população total dos municípios ribeirinhos está na condição de indigência”. Tal situação era diretamente relacionada ao esvaziamento populacional, ao aumento do desemprego e da concentração fundiária. A autora assinala que,

segundo o IBGE, estes processos, ao invés de retrocederem ou estagnarem, se encontravam em crescimento.

Assim, como podemos ver, esta região possui uma história de consecutivos processos de dominação, expulsão, desapropriação e de (re) ocupação. “As formas de ocupação e de utilização da terra e dos espaços alagados vem desempenhando, como vimos, papel decisivo na atração, manutenção ou expulsão de diferentes grupos humanos, em toda a região” (Rosa, 1997, p. 391).

Godoy e Ehlert (1997) relatam que as preocupações com a preservação da natureza não estavam na pauta de discussões dos governantes antes da década de 1960. A partir da década de 1970, com a consolidação do modelo urbano-industrial e a consciência mundial dos limites ecológicos é que tiveram início formas de mobilização, por parte da sociedade civil e acadêmica, com relação a este assunto. A conciliação entre problemas ambientais e a sobrevivência do homem é uma tarefa difícil, mas que deve ser levada em consideração. Em relação à região que estamos estudando, Rosa (1997, p. 393) afirma que “(...) quaisquer tentativas de preservação/conservação do rio Paraná e seu entorno têm, necessariamente, que levar em conta os problemas sociais existentes, sob risco de não só acirrarem os conflitos, mas se tornarem exemplos de autoritarismo e desrespeito à vida humana”.

3.2. Um pouco da cidade de Porto Rico

Rever a história da região pode nos orientar na compreensão do que aconteceu com a população de Porto Rico, pois a história da cidade é um dos capítulos daquela história maior. A população desta e de outras cidades das imediações sofreram as mesmas vicissitudes e se depararam com os longos e conflituos processos de ocupação e desocupação da região que ocorrem até os dias atuais.

De acordo com Godoy e Ehlert (1997), eram predominantes na região de Porto Rico as atividades agropecuárias, a pesca, a extração vegetal e mineral e o turismo. Além disso, “(...) sua problemática socioambiental insere-se no contexto recente de expansão capitalista que resultou na devastação florestal em velocidade jamais vista na história paranaense” (p. 437). As alterações socioambientais que ocorreram no Estado do Paraná, devastação da mata, uso abusivo do solo, erosão, alterações climáticas, uso de agrotóxicos e comprometimento dos recursos hídricos envolveram também a cidade de Porto Rico.

Para traçar um perfil da cidade de Porto Rico utilizamos dois censos demográficos e ocupacionais. O primeiro, realizado no ano de 1994 por Tomanik, Godoy e Ehlert (1997) e o segundo, realizado no ano de 2000 por Tomanik e Godoy (2004). Além destas duas fontes, utilizamos também os estudos de Sponchiado, Eidt e Tomanik (2002) e de Paiola (2009).

Tomanik, Godoy e Ehlert (1997, p. 395) retrataram as “(...) origens geográficas, as composições etárias, familiar, escolar e ocupacional e as formas de ocupação e utilização do solo do núcleo urbano principal do município de Porto Rico”. A população da cidade era constituída por 1.129 habitantes, com média de idade de 27 anos.

Para os autores, a origem dos habitantes da cidade, refletia a ocupação recente da região: “(...) há uma correlação bastante estreita entre a idade e o local de nascimento das pessoas” (p. 399). Os indivíduos que colonizaram a região eram provenientes, na sua maioria, de outras cidades do Paraná e do Estado de São Paulo e, em menor número, dos Estados do Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte). Estes migrantes, no momento do censo, em sua grande maioria, possuíam idade acima dos 30 anos, ou seja, mais que a própria idade da cidade. Com o desejo de reconstruir suas vidas, todas com histórico de trabalhos no campo, vieram dispostos a conquistar um pedaço de terra, mas o que grande parte encontrou, após o momento inicial de ocupação, foram a pobreza e a falta de oportunidades de trabalho.

Das construções existentes na cidade, 85,8% estavam destinadas à moradia, incluindo neste número as residências de “veraneio” e “não-ocupadas”, restando apenas 14,2% destinadas às atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviços. “Isso indica a regressão na atividade econômica do município, ou, ao menos, de sua sede” (Tomanik, Godoy & Ehlert, 1997, p. 396).

Um fato que evidenciava que a cidade era ponto de origem de novas caminhadas foi o número alto de pessoas com 50 anos ou mais na cidade (17,4% do total da população), índice que se encontrava acima da média nacional (14,6%). Entre os jovens que permaneciam na cidade e que poderiam contribuir na renda familiar, poucos estavam trabalhando. As poucas opções de trabalho, associadas ao baixo nível educacional da maioria da população denunciavam a precariedade das condições econômicas da região.

A população que não encontrava emprego no setor rural se encaminhou para a zona urbana e até para outras cidades da região na procura de alternativas de emprego, diminuindo a cada ano a população da cidade. “A maior parte da população que fica está sujeita à oferta de

empregos sazonais e à falta de maiores alternativas de sobrevivência na cidade” (Godoy & Ehlert, 1997, p. 439-440).

Com relação à educação formal, havia uma diminuição considerável no nível de escolaridade entre a população acima dos 40 anos de idade. Pessoas nesta faixa de idade possuíam em torno da primeira a quarta séries incompletas e quanto maior a idade, menor era a quantidade de anos estudados. Na faixa de idade dos 20 aos 39 anos a escolaridade média correspondia a algo em torno da quinta a oitava séries incompletas.

A constelação familiar demonstrava que o modelo ainda era o nuclear (pai, mãe e filhos), mas existia um número considerável de agregados a estas famílias, que não faziam parte do núcleo básico. Também havia um número muito maior de mulheres do que de homens agregados a estas famílias. “Não é difícil supor que as condições de precariedade econômica e de desagregação familiar consequente estejam diretamente relacionadas a essas duas tendências de composição familiar” (Tomanik, Godoy & Ehlert, 1997, p. 402).

Estes mesmos autores estudaram também as formas de ocupação profissional daqueles habitantes e classificaram as ocupações existentes em cinco categorias principais: aquelas que estavam relacionadas ao rio, agropecuária, comércio, prestação de serviços e aos órgãos públicos. O rio, que atraía muitas pessoas por ser fonte de riqueza natural, não era mais fonte direta de trabalho, visto os poucos que permaneciam nas atividades ligadas ao rio (pescador, vendedor de peixe, dono de barco, empregado no porto de areia...). A agropecuária também acolhia poucos trabalhadores, na sua maioria “bóias-frias”, com ocupações temporárias e de baixa remuneração.

Como apontado por Godoy e Ehlert (1997), a região, que no início da colonização foi desmatada para o plantio de cultivos agrícolas, novamente estava em transformação, havendo a substituição paulatina da agricultura pelas pastagens plantadas. Tal fenômeno auxiliou no declínio das ofertas de emprego e, conseqüentemente, na evasão do homem do campo. “A região é predominantemente voltada à pecuária e cultivos temporários, o que implica baixa ocupação e oferta de emprego de caráter sazonal” (p. 439).

Segundo Tomanik, Godoy e Ehlert (1997), no que se referia às ocupações urbanas de Porto Rico, os órgãos públicos eram os maiores empregadores (44,1% da população trabalhava em algum destes órgãos). Como citado, apenas 14,2% das construções da cidade estavam voltadas para o comércio, indústrias ou prestação de serviços, o que reafirmava a falta de alternativas de trabalho no município.

As condições oferecidas pela cidade de Porto Rico, um dia atraíram trabalhadores, mas as condições apresentadas na época da realização deste censo indicavam que ela havia se tornado muito mais um pólo de saída do que de chegada. “Não é de se estranhar, portanto, que nas conversas mantidas com os moradores, durante o levantamento destes dados, o assunto mais frequente girasse em torno da constatação de que a cidade é mesmo ‘muito fraca de trabalho’” (Tomanik, Godoy & Elhert, 1997, p. 407).

Com relação à ocupação do solo urbano, das 272 residências, 212 (77,9%), de acordo com informações dos moradores, eram próprias, 28 (11,4%) alugadas e 31 (11,0%) cedidas. Estes números informavam um pouco da condição social e econômica do local. A maioria das pessoas que possuíam casa própria tinha mais de 35 anos, o que indicava que fizeram a compra no processo de colonização, em que os lotes agrícolas eram pequenos e os preços acessíveis. Quanto aos que moravam em casas alugadas, metade deles eram nascidos na cidade de Porto Rico ou em suas imediações; a grande maioria desses responsáveis era formada por empregados, trabalhadores semi ou não-qualificados, diaristas e pescadores. Das pessoas que moravam em casas cedidas, 54,8% haviam nascido em Porto Rico ou eram migrantes de outras regiões do Estado. Deste grupo, 32,3% eram trabalhadores semi ou não-qualificados. Pode-se supor que a condição financeira da maioria das famílias que moravam nas casas cedidas era restrita, não possuindo condições para, inclusive, pagar aluguéis. “Esses dados vêm, novamente, reforçar a constatação anterior de que as famílias constituídas mais recentemente enquadram-se num processo econômico diferente daquele em que se enquadram os que migraram anteriormente” (Tomanik, Godoy & Elhert, 1997, p. 412).

O segundo censo realizado por Tomanik e Godoy (2004) demonstrou que a população do núcleo urbano da cidade de Porto Rico tivera uma pequena elevação no número de habitantes: 1.411. Este número apontava um crescimento de 25% da população do local a partir do último censo. Este crescimento não ocorreu de forma homogênea em todas as faixas de idade; ele se deu mais nas faixas de 10 a 19 anos e entre 40 a 49. Tal informação indicava a existência de processos de desagregação dos grupos familiares.

Da mesma forma que no primeiro censo, as famílias ainda estavam agregando membros externos à família nuclear, evidenciando processos de solidariedade social entre eles.

Quanto aos aspectos educacionais, houve uma pequena evolução no nível de escolaridade da população local. Quando da realização do censo anterior, a média de escolarização local era próxima do Ensino Fundamental incompleto; neste, a média estava mais próxima do Ensino Fundamental completo. De modo geral, porém, o nível de escolaridade na região permaneceu

baixo e os trabalhadores com pouca qualificação para atuarem nas indústrias e nos meios urbanos maiores.

Com relação às ocupações profissionais ligadas ao meio rural, este censo comprovou o que já vinha acontecendo desde o primeiro: a diminuição das atividades ligadas ao rio e a exploração da terra. O rio passou a responder por apenas 4,6% da ocupação dos moradores, e a pesca por apenas 2,5%. “Em números absolutos a quantidade de pescadores diminuiu 37,5% e em relação ao total da população a proporção de pescadores foi reduzida pela metade” (Tomanik & Godoy, 2004, p. 256). As ocupações ligadas a terra tiveram diminuição ainda mais significativa: de 10,6% para 4,4% dos moradores.

Por outro lado, as ocupações no espaço urbano, como serviços braçais, empregadas domésticas, comércio e serviço público aumentaram em 160 postos de trabalhos. Este número demonstrou um crescimento absoluto de 58,8%. Mesmo este aumento nos postos de trabalho no meio urbano não foi suficiente para absorver o crescimento total da população.

De modo geral, a população local contava com baixos rendimentos. Cerca de 42,6% da população tinha rendimentos na faixa de 0,5 a 1 salário mínimo. As atividades urbanas eram as que possibilitavam oscilação maior nos rendimentos, que variavam entre 0,5 e 2 salários mínimos. As atividades ligadas ao rio e à exploração da terra eram menos rentáveis que as tipicamente urbanas.

Sponchiado, Eidt e Tomanik (2002) buscaram conhecer as Representações Sociais de trabalho elaboradas pela População Economicamente Ativa (PEA) do núcleo urbano de Porto Rico e as expectativas que a mesma nutria em relação ao que considerava trabalho possível, desejável e ideal. Também foram investigadas as perspectivas de mudanças elaboradas pela população para si própria e suas expectativas frente ao que entendiam como ganho possível, desejável e ideal. As informações foram obtidas durante o mês de setembro de 1998.

Consideramos, neste estudo, trabalho possível aquele tido, pelos entrevistados, como viável, nas condições e no momento em que vivem; trabalho desejável aquele que os entrevistados gostariam de estar desempenhando ou de vir a desempenhar, se fossem mantidas as condições atuais e, finalmente, trabalho ideal aquele que, segundo os entrevistados, um indivíduo qualquer deveria ou poderia ter, em uma situação ideal. Definições semelhantes foram adotadas para diferenciar os níveis percebidos de ganhos (Sponchiado, Eidt & Tomanik, 2002, p. 184).

Os autores puderam constatar a existência, entre os moradores do núcleo urbano de Porto Rico, de dois subgrupos distintos, que compartilhavam Representações Sociais distintas, um relacionado à zona urbana, composto por pessoas que tinham como fonte de subsistência principal os trabalhos no meio urbano e outro relacionado mais à zona rural, formado por pessoas que possuíam vínculos mais estreitos com a natureza.

Para Sponchiado, Eidt e Tomanik (2002), os indivíduos do subgrupo agrícola possuíam um conhecimento sobre o ambiente que era suficiente para organizar o seu mundo, e demonstravam grande apego à vida com a natureza (terra e o rio) que garantia certa liberdade e autonomia para decidir sobre suas escolhas. Porém, esta forma de trabalho não estava sendo viável economicamente devido às transformações no quadro econômico da região. “(...) é o apego às formas tradicionais que os mantêm, ainda que a duras penas, buscando este tipo de atividade” (p. 187).

Segundo os autores, as condições de vida do subgrupo agrícola eram precárias devido à falta de opções de trabalho. A dificuldade em manter o sustento familiar comprometia as possibilidades de que sonhassem com um trabalho desejável, afinal, o trabalho possível, ou seja, aquele que eles acreditavam que poderiam desempenhar, praticamente não existia. Com o ganho insuficiente, o que mais desejavam era apenas um trabalho fixo, que pudesse garantir as necessidades essenciais próprias e de suas famílias. “A necessidade de obter o mínimo indispensável para o sustento de si e de seus familiares aparece como um elemento tão forte que os entrevistados encontram dificuldade em especificar algum tipo de trabalho no qual gostariam de estar engajados” (Sponchiado, Eidt & Tomanik, 2002, p. 185). Quanto às possibilidades de mudanças na região, na cidade e de si, depositavam suas expectativas em algum tipo de autoridade e não se incluíam como atuantes em possíveis processos de transformação.

Era evidente, em alguns dos participantes deste subgrupo o despreparo profissional e a inexistência de expectativas de aquisição de novas informações e habilidades para se inserirem em novos mercados de trabalho, em localidades com maior desenvolvimento urbano e industrial.

Por isto, sonham, quando se permitem, com uma volta ao passado, que sabem que não vai ocorrer. Quando não, se limitam a desejar o mínimo para continuarem sobrevivendo e transferem para os filhos suas expectativas de melhores condições de vida e de trabalho (Sponchiado, Eidt & Tomanik, 2002, p. 187).

Ainda segundo o mesmo estudo, da mesma forma que estes, os participantes do subgrupo urbano também estavam insatisfeitos com suas opções de trabalho, porém viviam em condições relativamente melhores, pois tinham suas necessidades básicas atendidas. Entre o trabalho possível e o desejável “(...) eles tem sido obrigados a abdicar de seus desejos para suprir suas necessidades básicas, ou seja, entre o desejável e o possível, eles têm sido forçados a optar pelo possível, como forma de continuar garantindo seu sustento” (p. 186). O trabalho e o ganho ideal estariam ligados não só aos ganhos financeiros, mas deveriam proporcionar conforto, lazer e satisfação pessoal.

Os participantes do subgrupo urbano, por possuírem melhores condições de trabalho e estarem com suas necessidades básicas supridas, possuíam maiores expectativas de mudanças. “No entanto, a existência, ainda que em menor grau, do mesmo tipo de limitações pessoais e do mercado de trabalho local, dificulta e impede a efetivação de ações que visem concretizar aquelas aspirações” (p. 187). Da mesma forma que o subgrupo anterior, estes não se incluíam como participantes ativos nesses processos de mudanças.

Tomanik (1997) apontou que as diferentes formas de pensar dos indivíduos em um espaço geográfico constituem Representações Sociais diferenciadas, o que faz com que ajam diferentemente entre si e em relação à natureza.

As diferenças manifestadas pelos entrevistados enquadrados em cada um dos subgrupos mostram o quanto, em um espaço de tempo relativamente curto, as condições de inserção e de participação no ambiente social podem determinar (e, por sua vez, serem influenciadas) por sistemas de Representações que, embora possam manter alguns núcleos comuns, contém interpretações, valores e aspirações que os tornam não apenas diferenciados, mas divergentes (Sponchiado, Eidt & Tomanik, 2002, p. 187-188).

Este trabalho possibilitou perceber que a identidade dos participantes em ambos os subgrupos se encontrava em processo de deterioração. Isto era sugerido pelo fato de que em nenhum momento os entrevistados se incluíram como integrantes em eventuais processos de mudanças.

As informações obtidas por Paiola (2009) permitiram retratar o perfil de uma parcela dos moradores (174 entrevistados) do núcleo urbano de Porto Rico no final do ano de 2006. Deste total, 115 eram do sexo feminino e 59 do sexo masculino. Deste grupo amostral, faziam parte da População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, tinham entre 18 e 59 anos, um total de 135 pessoas (74,7%). Acima dos 60 anos havia 38 pessoas (21,9% da amostra), porém,

apenas 29 eram aposentadas de fato. Então o número de pessoas inseridas na PEA era de 144 pessoas, já que 11 dos mais idosos ainda trabalhavam. Apenas 6 dos entrevistados possuíam menos de 18 anos e também não foram inclusos na PEA.

Paiola (2009) afirma que a grande maioria, ou 103 respondentes (59,2%) possuía *conhecimento rudimentar*. Tal expressão foi criada pela autora para englobar os entrevistados dos segmentos do ensino fundamental incompleto, alfabetizados e analfabetos. Apenas 51 (29,3%) dos entrevistados possuíam ensino médio completo e estavam, portanto, em condições de ingressar, de forma um pouco mais satisfatória, no mercado de trabalho formal. Havia, então, 123 pessoas (70,7% da amostra) que não possuíam condições de ingressar bem no mercado de trabalho, por não possuírem formação suficiente.

Do ponto de vista ocupacional e como fonte de subsistência, as ocupações foram apresentadas pelos entrevistados por ordem decrescente de indicação; o emprego público, pensão/aposentadoria, doméstica/diarista, agricultura/pesca, balconista/vendedor, construção civil, autônomos, vigilantes noturnos, auxiliar odontológico, clérigos, manicure e marceneiro. Os mais indicados foram, 29 aposentados, 10 balconistas, 26 empregadas domésticas e 30 funcionários públicos.

Em relação à ocupação, podemos, de início, compreender que o dinheiro público (emprego público e aposentadoria), tal como apontado por Tomanik, Godoy e Ehlert (1997), ainda é uma significativa fonte de subsistência para a comunidade (Paiola, 2009).

Em relação ao trabalho que exerciam 95 (55%) deles responderam que estavam satisfeitos; 61 (35%) não estavam satisfeitos e 18 (10%) não souberam responder. Dos 95 primeiros, 22 estavam satisfeitos por opção, 59 por falta de opção, 1 por limitação e 4 não responderam. Dos insatisfeitos, 55 responderam que se encontram em tal situação por não terem opção, 1 por limitação e 5 não responderam. “As justificativas tanto para a satisfação quanto para a não satisfação, estavam apoiadas nos mesmos critérios, isto é, as razões da satisfação eram semelhantes às da não satisfação” (Paiola, 2009).

Já o trabalho ideal, ou o que seria uma atividade boa, as respostas dadas apresentaram a seguinte distribuição: respostas evasivas, ou implicitamente não sabe, 46 (26,4%); declaradamente não sabe, 37 (21,3%); todos ou qualquer um, 21 (12%); agricultura, 13 (7,5%); medicina, 11 (6,3%); serviços domésticos, 10 (5,7%); bancário, 9 (5,2%); autônomo e secretário/recepcionista, 5 (2,9%); a que goste e enfermeira, 4 (2,3%) cada categoria; que ajude os outros, 3 (1,7). Com o mesmo número de citações, isto é, 2 respostas (1,1%),

apareceram referências às profissões de dentista, informática e político. As três categorias mais apontadas perfizeram 59,7% do total das respostas, ou seja, mais da metade dos respondentes não conseguiram elaborar uma imagem sobre o que seria o melhor trabalho, para eles mesmos.

Entre as possibilidades elencadas, 13 (7,5%) apontavam o trabalho vinculado a terra. Esta escolha se aproximava do histórico recente da cidade, da forma tradicional, na região, de subsistência. Já as referências ao trabalho como empregada doméstica era típico do universo feminino e bem próximo ao histórico recente do cuidado com a casa e os filhos. As atividades como, médico e dentista foram vistas como economicamente rentáveis, por propiciarem dinheiro e uma vida material garantida.

Quanto aos ganhos, 90 (52%) deles disseram receber mensalmente até 1 Salário Mínimo Regional (SMR); 54 (31%) apontaram ganhos que se enquadravam no intervalo de 1 até 2 SMR; 11 (6,3%) indicaram ganhos que se enquadravam no intervalo de 2 até 3 SMR, e 17 (9,8%) alegaram ganhar mais que 3 SMR por mês. Os demais 18 entrevistados optaram por não responder a esta pergunta.

Estas condições, somadas à baixa escolaridade e à dependência do poder público como principal fonte de subsistência, mostram que as condições locais atuais não diferem daquelas já apontadas por Tomanik, Godoy e Ehlert (1997), Sá (1997), Godoy e Ehlert (1997), e Paiola e Tomanik (2002) (Paiola, 2009).

Em 1994, a cidade possuía 1 hotel; 1 posto de gasolina; 1 marina e 1 sorveteria. No levantamento de 2006, já foram contabilizados, além dos anteriores, 4 hotéis/pousadas; 1 restaurante e mais um em construção; 1 posto de gasolina; 5 marinas e mais uma em construção; 1 sorveteria e 1 pastelaria.

De acordo com Paiola (2009) os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), apontavam que, de 2000 a 2008 haviam sido gerados 102 novos empregos formais no município, decorrentes do aumento dos estabelecimentos comerciais.

O turismo na cidade já vinha em processo gradativo de expansão. Esta situação era perceptível pelo número de estabelecimentos comerciais (hotéis, pousadas, restaurantes e marinas) voltados para os grupos externos. Este aumento não deixou de produzir impactos sobre a vida dos entrevistados: houve 77 indicações de que a vida local, antes do afluxo mais acentuado de turistas, era melhor; mais de 30 respostas indicavam que a vida social era mais frequente entre os moradores. O segundo aspecto mais apontado foi o fator econômico: para

20 entrevistados, antes dos visitantes era bem mais fácil ter emprego.

Por outro lado, houve 89 respostas apontando que a vida era pior antes, e o aspecto mais indicado foi o econômico: 40 destas respostas apontavam que, antes dos visitantes, obter renda era mais difícil.

Revelando a mesma tendência divergente, quando questionados sobre a vida na comunidade depois da vinda expressiva dos visitantes para o município, 183 responderam que havia melhorado, enquanto 52 indicaram que havia piorado. Dentre as respostas que indicaram o sentido positivo, o aspecto mais citado, com 64 indicações, foi relacionado às melhorias realizadas na cidade (iluminação, limpeza, embelezamento). O segundo aspecto mais citado, em 57 respostas, indicava maiores possibilidades de trabalho e renda na localidade. O terceiro aspecto, com 51 respostas, indicava que a vida havia melhorado para os outros moradores, não para os próprios respondentes.

Os aspectos negativos elencados foram: a vida em comunidade piorou, devido à falta de segurança (23 indicações); 11 respostas diziam que viver na localidade tinha ficado mais caro, em função de altas no aluguel e nas compras de mercado.

O perfil da amostra apresentada por Paiola (2009) demonstra uma população ainda com baixo nível educacional e conseqüentemente, sem formação suficiente para ingressar no mercado de trabalho. Por sua vez, com dificuldade de manter a subsistência de si e de suas famílias. Mesmo com o aumento das alternativas de trabalho propiciadas pelo desenvolvimento do turismo, não foi suficiente para suprir a falta de oportunidades de trabalho no município. Por outro lado, a atividade do turismo gera controvérsias entre a população.

Com os estudos descritos foi possível apresentar um pouco da história da região e da cidade, e o perfil da população, à escolaridade, ocupação do solo, ocupações profissionais, expectativas de trabalho e também com relação ao futuro.

O processo de ocupação do solo na região e em Porto Rico, pelos migrantes e suas famílias, se iniciou cheio de sonhos, muito trabalho, dificuldades, conflitos e desencanto. Com os consecutivos problemas (erradicação do café, término das parcerias, diminuição das lavouras, mecanização da terra...) a maioria dos trabalhadores foram gradativamente excluídos das terras e empurrados para as atividades ligadas ao rio, como uma alternativa de subsistência.

Da mesma forma que ocorreu na terra, o processo se repetiu no rio. Este, aos poucos, foi sendo ocupado, seja pelas hidrelétricas, como pelas áreas de preservação ambiental, e o homem inserido neste espaço, foi sendo excluído como alguém não grato.

Paralelo ao grupo de pessoas que viviam diretamente da exploração do solo e do rio (subgrupo rural), um grupo de pessoas apresentavam uma dependência maior das opções de trabalho que a cidade propiciava (subgrupo urbano), assim, foi possível, retratar como a população estava organizada, e ocupando o solo e buscando o sustento. Ambas com poucas opções de trabalho, mas acreditando na possibilidade de crescimento das opções de emprego na cidade.

Com relação às oportunidades de trabalho, houve também um aumento nas alternativas, porém, não suficientes para dar conta do aumento populacional. O que pouco colabora para a permanência da população jovem na cidade, e por sua vez, proporciona a saída destes para centros urbanos maiores.

Os trabalhos apresentados mostram que houve pequena evolução nos níveis de escolaridade, nada muito significativo que pudesse dar condições para ingressarem em melhores oportunidades de trabalho.

De modo geral, a população tem dificuldades em vislumbrar alternativas de trabalho e melhores condições de vida, gerando uma dependência maior dos órgãos públicos. Assim, o círculo tende a fechar-se: poucas oportunidades ocupacionais, baixas condições de inserção no mercado, poucas perspectivas de mudanças, dependência, poucas mudanças...

CAPÍTULO IV

4. A TRAJETÓRIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO E NATUREZA DOS PESCADORES PROFISSIONAIS: TRÊS ESTUDOS

4.1. Porque os pescadores profissionais de Porto Rico foram escolhidos

Os trabalhos de Tomanik (1997) e de Tomanik, Godoy e Elhert (1997) mostraram que poucas pessoas sobreviviam ou tinham suas profissões ligadas diretamente às atividades envolvidas com o rio. Entretanto, de modo geral, as atividades econômicas em Porto Rico e nas cidades em seu entorno (agropecuária, agricultura e setores de serviço, pesca, lazer...), direta ou indiretamente dependiam do rio e precisavam adaptar-se às variações ou ciclos do mesmo.

É de se supor, então, que a imagem do rio ocupe um lugar de importância no conjunto das representações sociais, quer sobre a natureza, quer sobre si mesmas, da população daquela região, e que essa importância seja tanto maior quanto mais estreita a relação de cada segmento da população com o rio (Tomanik, 1997, p. 419).

Para este autor, na região e na cidade, a pesca era praticada por diferentes grupos de pessoas e com interesses variados, seja como profissão, complemento no orçamento familiar, na dieta alimentar, ou como lazer. Mas destes grupos com interesses variados, a pesca como profissão era a que envolvia um grupo mais definido de participantes. Naquele momento a cidade agrupava 56 profissionais (5,0% da população geral) que tinham a pesca como sua atividade principal. Além destes, um pequeno número de pessoas, (1,5% da população geral) tinha a pesca como atividade secundária, que complementava o orçamento doméstico.

Por estas razões e pelo fato de que estes pescadores profissionais eram, de forma geral, aqueles que mantinham contatos mais frequentes e intensos com as porções menos alteradas da natureza da região, este grupo tornou-se alvo de uma série de estudos.

Graças à proximidade do rio Paraná e de seus afluentes, o processo de formação do grupo de pescadores se deu em paralelo com a formação da cidade. O passado destes pescadores era vinculado a terra, tanto que a chegada dos mesmos em Porto Rico tinha por objetivo a conquista de um pedaço de terra. Porém este sonho não se concretizou para a grande maioria, devido às dificuldades em conseguir trabalho, parcerias, empreitadas nas terras, como também

pela escassez de recursos financeiros. Então, o caminho para muitos foi a atividade pesqueira, inicialmente voltada para o sustento da família, e posteriormente para o comércio e geração de renda.

Com as transformações econômicas na região, a possibilidade de uma atividade diversificada e voltada primordialmente para o sustento da familiar foi substituída por uma forma de trabalho mais “especializada”, já que o cultivo agrícola não pode mais ser praticado de forma autônoma e, com isso, a pesca se torna quase que a atividade profissional única para esse grupo (Tomanik, 1997, p. 422).

Mesmo com uma atividade profissional especializada, estes pescadores mantinham relações de trabalho semelhantes com o modo de produção anterior (agrícola). Os trabalhos continuavam sendo realizados em parceria. “Tudo é dividido e compartilhado e mesmo o fato de que, eventualmente, o barco e a maioria dos equipamentos pertençam a um dos parceiros não é levado em conta na divisão dos ganhos ou das responsabilidades” (Tomanik, 1997, p. 423).

A pesca, por um lado, mesmo sendo um trabalho especializado e voltado para o comércio, permitia um estilo de vida com mais liberdade de atuação do que, por exemplo, um trabalho assalariado.

Para boa parte dos pescadores, a pesca é um prazer e até mesmo um momento de (re) afirmação de um estilo de vida. Ser pescador, por vezes, é um processo que se inicia por uma tradição de família, mas que prossegue depois como opção pessoal (Tomanik, 1997, p. 423).

Por outro lado, havia, já naquele momento, uma precarização da atividade pesqueira. A pesca era considerada de forma unânime pelos pescadores como uma profissão muito trabalhosa e pouco rentável. As condições que corroboravam para esta situação passavam pela escassez de peixe; baixos preços de comercialização, principalmente depois que passou a existir a ação dos “atravessadores” ou intermediários que compravam o peixe para revendê-lo em outros mercados; alto custo na manutenção dos equipamentos (gelo, combustível, barco, motor, redes...); e as restrições impostas pela fiscalização. “Os fiscais aparecem sempre associados aos altos custos e baixos rendimentos, como problemas para a vida profissional dos pescadores” (Tomanik, 1997, p. 425).

Somadas a estas dificuldades, a própria natureza, que possibilitava a atividade, se colocava também como obstáculo a estes trabalhadores. Os problemas de saúde decorrentes do contato

frequente e prolongado com a água, os animais peçonhentos, os predadores, colocavam em risco a vida dos pescadores. “Somando-se a todas essas dificuldades, a pesca ainda é uma atividade incerta, em que numa tentativa se obtém algum ganho e em outra não se consegue nada, ou quase nada, e o prejuízo é grande” (Tomanik, 1997, p. 425).

Desde a realização do primeiro Censo, os pescadores, decepcionados com a pouca quantidade de pescado, as dificuldades da atividade e por não acreditarem que ela pudesse garantir o sustento dos filhos, não estavam incentivando seus descendentes a ter a pesca como fonte principal de renda.

A região de Porto Rico também estava envolvida em conflitos com relação às políticas de preservação ambiental e com os pescadores que não concordavam com as mesmas. Cada Estado (Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul) possuía políticas de preservação ambiental distintas; como os pescadores percorriam o rio Paraná em toda a sua extensão e este passa pelos vários Estados, ficavam sujeitos a várias legislações. As leis não eram desconhecidas pelos pescadores, porém muitas delas eram fontes de conflito por se chocarem com os seus interesses e necessidades. Estas discordâncias apareciam tanto nas falas quanto na desobediência e nas burlas da fiscalização realizada pelos órgãos responsáveis. “Esses dados apontam para a existência de divergências entre as concepções sobre o ambiente e o homem subjacentes à legislação” (Tomanik, 1997, p. 420).

4.2. As Representações Sociais de Trabalho e Natureza

Tomanik (1997) buscou compreender, pela primeira vez, as Representações Sociais sobre o Trabalho e a Natureza compartilhadas pelos pescadores profissionais de Porto Rico. Para a elaboração desse estudo inicial, ele encontrou apenas 12 dos 56 pescadores identificados, para comporem a amostra.

Os pescadores envolvidos neste estudo representavam a natureza como fonte de sobrevivência e segurança para toda a família. A pesca não era, para eles, apenas uma forma de obtenção do sustento familiar, mas uma maneira de reafirmar seus laços com o ambiente, a família e a sociedade. A produção dessas Representações, entre outras, assegurava a identidade do grupo e de cada um de seus participantes, que era baseada na autonomia, liberdade e auto-gestão. Esta forma de identidade já estava presente no passado deles ou de seus pais, no período em que atuavam como pequenos agricultores, posseiros ou arrendatários. Já naquela época “(...)

atuar sobre a natureza e tirar dela o sustento da família era o objetivo primordial; conquistar o direito à terra e a um futuro mais confortável e previsível era decorrência daquele primeiro objetivo e devia ser conseguido através dele” (Tomanik, 1997, p. 430).

Para este grupo, a natureza era entendida como um bem de todos e para todos. Como um bem coletivo, ela deveria estar disponível e acessível aos envolvidos, mesmo que grande parte já tivesse se transformado em propriedade privada. “O conjunto das dificuldades vividas pelos entrevistados aparece como justificado em nome dos interesses maiores da sociedade, embora eles próprios sejam excluídos desses interesses” (Tomanik, 1997, p.432).

Como a região foi modernizada, os processos de exploração e de apropriação se encarregaram de reorganizar e transformar o modo de vida e de subsistência daquela população. Assim, no momento de realização da pesquisa,

(...) a natureza (...) devastada e controlada, as relações econômicas alteradas, as liberdades de escolha, de produção e de existência cerceadas, inviabilizam o modo de vida anterior e transformam aquele trabalhador relativamente autônomo e provedor do sustento da família em um mero subprodutor de submercadorias ou serviços subvalorizados (Tomanik, 1997, p. 431).

Os poucos ganhos e as muitas perdas vivenciadas pelos pescadores direcionavam as avaliações destes pescadores quanto à continuidade ou não da profissão.

Outros conflitos estão presentes, ainda, nas representações sociais imediatas dos pescadores. Um deles é o de valorizar, por um lado, e como elemento fundamental de sua identidade, a liberdade e a autodeterminação que mantém como pescador e, por outro lado, perceber sua impotência quando sujeito ao mercado, ao atravessador, à legislação e aos próprios familiares (esposa, filhos) encarregados de produzir os ganhos que ele, cada vez menos, consegue obter (Tomanik, 1997, p. 433).

As Representações Sociais sobre o futuro da atividade pesqueira variavam de acordo com a faixa de idade. Os mais velhos na profissão esperavam viver da aposentadoria e da pesca esporádica como complemento no orçamento financeiro. Os “pirangueiros” como se autodenominavam aqueles que possuíam vínculos mais arraigados com o rio e com a pesca, informavam que não pretendiam abandonar a pesca e seu estilo de vida, mas tinham a intenção de buscar novos lugares onde a pesca ainda fosse promissora, mesmo que isto implicasse longos períodos longe da família. Os pescadores mais jovens pensavam no abandono da pesca por não acreditarem que ela poderia lhes proporcionar uma vida melhor, e

as expectativas de trabalho estavam voltadas para as cidades maiores, mesmo sem possuírem qualificação. Para os filhos dos pescadores, era desejado que estudassem mais, que se especializassem profissionalmente e que encontrassem trabalho melhor remunerado nos grandes centros. “Nestes dois últimos casos, a alternativa prevista e desejada implica o abandono definitivo do modo de vida ‘tradicional’ e a inserção na ‘modernidade’ dominante e cada vez mais próxima. Implica assimilar de vez as Representações Sociais dominantes” (Tomanik, 1997, p. 433).

Num estudo posterior, Paiola e Tomanik (2002), buscaram compreender, por meio das Representações Sociais, quais eram as expectativas para o futuro, dos pescadores jovens e filhos de pescadores, como também a possibilidade de continuidade da atividade pesqueira na região.

O levantamento das informações ocorreu em janeiro de 1999 com 12 entrevistados com idades variando entre 14 e 29 anos. Quanto às intenções de continuarem com a pesca profissional, oito deles afirmaram que pretendiam continuar na atividade. “Os motivos apresentados por eles para permanecerem na atividade da pesca aparecem, invariavelmente, ligados ao estilo de vida, de liberdade de ações e ao contato mais direto com a natureza” (Paiola & Tomanik, 2002, p. 178). Os quatro que informaram não querer continuar na atividade diziam-se motivados a isto pela dificuldade em sobreviver da pesca, seja pela diminuição da quantidade de peixe, seja pelos baixos preços.

O panorama apresentados pelos entrevistados sobre a situação da pesca, desde o início do estudo, foi descrita como ruim por dez dos doze entrevistados. “As justificativas para a avaliação ruim da pesca encontram-se nas alterações ambientais, mais precisamente na diminuição dos estoques pesqueiros em decorrência do uso do solo e do desmatamento” (Paiola & Tomanik, 2002, p. 178). Os dois que afirmaram que a pesca estava boa, não souberam descrever o porquê de suas avaliações.

Dos entrevistados que disseram que não abandonariam a atividade pesqueira, no final do mesmo ano, um já havia confirmado o abandono.

Decorrente destas informações, um ano depois, um segundo levantamento foi efetuado. Dos 12 pescadores do primeiro levantamento, foi possível encontrar apenas oito, para averiguar os motivos da desistência. O abandono foi motivado pela supressão das cheias no rio e o fechamento das barragens das Usinas Hidrelétricas de Porto Primavera e Rosana. Todos foram unânimes em informar que a situação da pesca havia piorado e muito. Relacionaram

esta piora ao funcionamento desordenado das barragens que interferiam na dinâmica do rio, comprometia a reprodução dos peixes, e conseqüentemente a vida dos pescadores. “Não existirão, portanto, condições de continuarem como pescadores uma vez que não haveria peixe” (p.179). “Afirmavam também que, por motivo de subsistência, largariam a pesca, mas apenas como fonte principal de subsistência” (p. 179).

Paiola e Tomanik (2002) constataram que os filhos dos pescadores também tinham um conhecimento profundo da natureza e da atividade desenvolvida por eles. Este conhecimento havia sido adquirido pela relação com os pescadores mais velhos e pela própria experiência como pescadores. Este saber estava permeado pelos laços afetivos que a profissão oferecia, como também pela liberdade provinda do contato direto com a natureza. Nas formas como retratavam o funcionamento da natureza, demonstravam conhecê-la muito bem, e também se sentiam parte dela.

O conhecimento acerca do meio em que viviam não foi construído somente a partir da relação com o rio, na atividade da pesca. Considerando a origem agrícola das famílias dos entrevistados, os conhecimentos que apresentavam acerca do funcionamento dinâmico do ecossistema advinham de épocas e gerações anteriores.

Paiola e Tomanik (2002) destacaram que as representações dos pescadores como categoria profissional estavam vinculadas a proximidade com a natureza, e a pesca era apenas a atividade que favorecia este contato.

Os filhos de pescadores que relataram não desejar trabalhar com a pesca informavam que não queriam perder o vínculo com a natureza. “É a atividade da pesca que tem propiciado a continuidade dessa população e cultura na região, uma vez que outras atividades ligadas à natureza são escassas” (Paiola & Tomanik, 2002, p. 179).

Os autores apontavam que os filhos dos pescadores apresentavam dificuldades em visualizar o futuro. Referiam-se ao atual momento como difícil e desejavam um futuro melhor. Os entrevistados se orgulhavam da possibilidade de manter seu estilo de vida, e isto os mantinha ligados à pesca. Mediante o desejo de manterem o estilo de vida, reclamavam das condições de trabalho, mas por outro lado, não conseguiam visualizar formas de modificar tal realidade.

As Representações elaboradas pelos entrevistados mostram uma relação de ambigüidade com a pesca; por um lado, apontam as dificuldades que os desanimam e os levam até a visualizar o fim da profissão; por outro lado, afirmam que ela propicia o estilo de vida que desejam manter (Paiola & Tomanik, 2002, p. 180).

Para Paiola e Tomanik (2002), diante das mudanças econômicas ocorridas na região é bem provável que as previsões dos pescadores e filhos se concretizem e a pesca, como profissão, venha a se extinguir na região. “Projetam algum futuro apenas para a pesca e a projeção que fazem é de que esta *não tem futuro*” (Paiola & Tomanik, 2002, p. 180). [grifos dos autores]

As informações apresentadas por Paiola e Tomanik (2002), principalmente as que envolvem o abandono das atividades relacionadas a terra e ao rio, pelos filhos e jovens pescadores, volta a se repetir, em outro momento e com outra intensidade. O censo realizado por Tomanik e Godoy (2004) apontou que as pessoas que estavam vinculadas ao trabalho de exploração da terra e do rio, gradativamente estavam abandonando as atividades, por não encontrarem nela o sustento necessário para si e sua família.

Paiola, Sponchiado e Tomanik (no prelo) elaboraram um terceiro estudo sobre as Representações Sociais de Trabalho e Natureza destes pescadores, a partir das informações obtidas por Paiola (2009).

Quanto à representação de natureza, os pescadores relataram que o rio, as plantas e a terra compunham o lugar em que viveram suas vidas e onde queriam continuar vivendo. Para os pescadores, eles eram parte da natureza, ou mais do que isto, eles eram também natureza.

Ah... eu gosto de lá, do rio, de quando chove na ilha, é tudo uma coisa só, lá a gente se entende, mas mudou muito, né? (...) ... lá na ilha meu pai... nós sabia como eram as coisa, o rio, o mato, até o jeito dos bicho (Levi Alves, 41 anos).

Os peixes, como elementos da natureza, nas falas deles, assumiam status equivalente ao de pessoas; “os peixes dormem em camas”. Assim, as consequências das transformações violentas intensas e extensas da natureza seriam as mesmas para os dois (peixe e o homem), afinal são iguais, ambos poderiam ser abruptamente retirados de suas “casas” de forma injusta.

(...) e agora eles descem lá embaixo [os mergulhadores em pesca com arpões] e matam 200, 300 kg de jaú, de qualquer peixe que eles acham dormindo, mata os coitado tudo na cama dormindo... (...) e agora o peixinho dormindo e o cara chega e mata ele com aquele arpão... ah, covardia né (...). já pensou você tá na sua casa dormindo e vem um cabra e te mata dormindo?!... num é justo! (Francisco Alves, 74 anos).

Devido ao contato direto e contínuo com o rio, conseguiram acompanhar as transformações ocorridas na natureza, e percebiam os fatores que direta e indiretamente contribuíram para as

mudanças. “(...) naquele tempo não tinha surpresas, as mudanças eram sabidas que iam acontecer! É, até a chuva tinha tempo certo, né?. O rio também” (Levi Alves, 41 anos).

As vivências naquele espaço e o apego à natureza permitiam-lhes falar sobre as transformações nela promovidas, e especialmente sobre as alterações nos ciclos de águas altas e de águas baixas nos rios e lagoas da região. A periodicidade e as intensidades destes ciclos permitiam a manutenção dos estoques de peixes e renovação da vida em geral no sistema do rio Paraná. Diante da constatação das mudanças, o tom de voz era sempre de desalento ou revolta.

Mudou tudo, né! Olha esse rio... ele não era dessa cor, limpo assim, dá pra vê o fundo! Não tinha esse lodo que arrebenta as linhas. Ele tinha o tempo dele de encher e depois de esvaziar. A gente podia vive lá no meio da ilha e plantar, agora se eu quiser comer uma mandioca tem que comprar. Mudou tudo, né. Mudou tudo! (silêncio) (Luiz C. de Aragão, 38 anos).

(...) ó, sabe como é que foi o negócio? (...) ... a água do rio numa época ela não corre, ela só vai correr quando o rio sobe, aí ela escoá né. O nosso rio aqui ó, ta muito parado ó... aquelas pedras ali nunca ficou descoberto desse jeito.[...] Além do rio perder água, o leito dele ficou fundo né. Como que pode ter peixe num rio desses? Num tem mais onde ter peixe... (Francisco Alves, 74 anos).

As causadoras das transformações eram apontadas por eles como sendo as barragens das usinas hidrelétricas.

(...) é, é a barragem, todas barragem são águas paradas (...) sabe como que eles fazem?[...], então ali em cima daquela água parada o sol esquenta e ali cria uma costa de lodo... quando é dia que eles abrem a barragem, desce tudo aquilo pra cá... é onde enche o rio dessa aguinha verde, essa aguinha não é água de chuva, num é uma água que chegou hoje, não... ela vem dali, dos tanque das barragem (...) (Francisco Alves, 74 anos).

As restrições na atividade pesqueira e a delimitação das áreas de preservação ambiental foram criadas como uma forma de cuidar daquele ambiente, porém, os pescadores se defendiam afirmando que a diminuição dos estoques pesqueiros não foi culpa apenas dos pescadores, mas também das consequências do manejo do rio pelas hidrelétricas. Os pescadores que acompanharam estas mudanças se defendiam afirmando que não foram eles que mudaram o ambiente, e conseqüentemente, acabaram com o peixe no rio.

(...) então aí vem o IBAMA dizendo que os pescadores estão acabando com os peixes, eu acho que não. Acaba sim... porque não tem o que sobreviver! Vai começar a pegar os peixes fora da medida né, não vem outros peixes! A água que vem, a barragem segura tudo, pra você ver, esse ano não veio água nenhuma (Luiz Fernandes da Silva, 52 anos).

A relação que estabeleciam com o trabalho era uma relação sem escalas de carreiras ou promoções, trabalhavam para viver, seja com a pesca ou em outra atividade na cidade.

Antes das mudanças ocorridas na pesca e no ambiente, quando havia peixe suficiente para comer e vender para custear despesas diárias, o trabalho era no rio, pescando, e em cultivos agrícolas de pequena escala, que incluíam, por exemplo, mel, mandioca, melancia, batata doce, para consumo próprio ou para comercializar na região. Esse era o trabalho desejado, perto da natureza e do silêncio dela, sendo o próprio patrão ou, no máximo, obedecendo ao rio. “(...) eu e o rio somos meu patrão, é com ele que eu converso pra saber se vou trabalhar (...) então é assim, ninguém mais manda em mim.” (Carlos R. de Aragão, 32 anos).

Ó... sabe o que é? ó pescar... o rio é tão bom, de um jeito que você fica velho e num vê! É divertido, é uma vida que você nunca dá no fim da diversão... sofrido, mas é coisa boa! É um peixe grande, é uma água nova que você achou, que esta assim de peixe [faz sinal com a mão mostrando que são muitos peixes], é aquela... é sofrido, mas é aquela coisa lá mesmo... não, ninguém vê passar” (Francisco Alves, 74 anos).

Diante da impossibilidade de pescar, seja pela proibição durante a piracema, ou dos estoques de peixes insuficientes para garantirem sua subsistência e de sua família, partiram para outras atividades como alternativas de sobrevivência. Passaram paralelamente a trabalhar na construção civil, como “bóias-frias” ou trabalhadores volantes na agricultura, na extração de areia, ou ainda nos trabalhos que surgiram com a maior presença dos turistas, na região, como piloto de barco e guia turístico. Mesmo diante de outras poucas alternativas, permaneciam interessados em ficar na localidade e perto da barranca do rio. Diante da possibilidade em escolher continuar tirando o sustento do rio ou ter outras opções de trabalho na cidade, respondiam que preferiam ficar no rio.

(silêncio)... com o rio... eu também gosto dele, de fica lá na beirada dele ... ta muito difícil, né, ta muito difícil. (...) tinha esperança, né... de continuar lá... mas num dá.. num dá né... vou ter que saí de lá e muda de vida, né. (...) na cidade é diferente, né... até o jeito de dormi, de comer, tudo o que come tem que comprar.” (Everaldo A. Lopes, 35 anos).

Ao serem questionados sobre o trabalho com a pesca, as declarações traziam primeiramente, pontos positivos ligados a não precisar de um patrão, à tranquilidade do rio, à proximidade com a natureza, os animais e o silêncio nas ilhas. A seguir falavam da escassez do peixe, da dificuldade em conseguir os ganhos necessários para a própria vida. Só quando questionados é que falavam das dificuldades da atividade e ainda assim não reclamavam de ter acordar em horários diferentes ou de não dormir direito, uma vez que a atividade pesqueira, no modo artesanal como a praticavam, exigia vigilância das tralhas quando estão no rio, e reparos quando em terra. Relatavam que trabalhar não era ruim, ruim era não ter peixe suficiente para pagar as despesas da pesca, como gelo e combustível para o barco, e nem sobrar para as contas do mercado. Trabalhar e conseguir pagar as contas, isto era sinal de que a vida estava boa. “Tá dando pra viver... tá boa, né... não tô devendo, as conta estão em dia... tá dando pra levar [...] Ah... tem que pegar peixe que cobre as despesas e sobra um pouco para as contas, né, mercado, comer, né (...)” (Luiz Fernandes da Silva, 52 anos).

Quanto ao futuro dos filhos, reconheciam que seria muito difícil eles se tornarem pescadores profissionais, e nem queriam isso. Suas falas e tom de voz sugeriam que aceitavam que o mundo dos filhos já seria diferente do deles. Aceitavam mas não desejavam esse mundo para si. Quando perguntados se queriam sair de Porto Rico, respondiam que não.

Do Porto? Pra onde? Não! Se eu pudesse, eu voltava pra ilha, mas a lei num permite e os filhos precisam continuar a vida deles né, tem que estudar, né? Eu vou explicar prá você... o filho do pescador hoje ele estuda. Eles vão estudando, eles vão aprender o segundo grau... terceiro né... esse pessoal num vai pescar... num vai. Não, durante o tempo que eu fui pescador... eu num gostava de sê nada, a num ser pescador... (risos) (Levi Alves, 41 anos).

Tanto as respostas acerca da natureza quanto do trabalho sugeriam que eles constituíam, senão uma população tradicional tal com as descritas por Diegues (1996), ao menos um grupo que primava pela vida simples, ligada à sobrevivência, mas também à liberdade. Percebiam que seu estilo de vida e as práticas ligadas a ele os tinham, provavelmente, como últimos representantes, seja pelas transformações no ambiente, seja por que os filhos não darão continuidade à esta forma de ser, de pensar e de existir.

CAPÍTULO V

5. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Neste momento, procuramos fundir todas as “trajetórias” descritas e estabelecer uma série de diálogos entre as informações, para então interpretarmos e construirmos uma nova perspectiva de compreensão sobre a realidade estudada. Em outras palavras, procuramos criar aquilo que González Rey (2005) denomina como novas “zonas de sentido”.

Como dito na trajetória teórica, temos nas Representações Sociais um meio para acessar (desvelar, interpretar) a realidade e para buscar compreender como os pescadores constroem seu pensar e sentir quanto aos fenômenos de trabalho e natureza, e quais são os fatores que interagiram nesta dinâmica. Para isto, nossa linha de base para iniciar as análises e discussões foi apresentar o que mudou e o que permaneceu nas Representações Sociais de trabalho e natureza. Posteriormente, o desafio foi procurar os fatores que influenciaram nestas mudanças ou permanências. Finalmente, buscamos focar a participação dos próprios pescadores, atingidos por processos externos e independentes deles, mas igualmente ativos e participantes na (re) construção da realidade em que vivem.

Em nossas reflexões e neste texto, procuramos manter a separação entre estes três momentos, o que nem sempre foi possível, uma vez que, à rigor, Representações Sociais, o contexto em que foram elaboradas e a participação dos que as elaboraram não são elementos independentes.

Como vimos, as Representações Sociais não são apenas o resultado de um processo de raciocínio: são também o próprio processo, que envolve, além da reflexão, as ações, as emoções, a história, os interesses e disposições dos indivíduos e do grupo. O contexto é sempre e inevitavelmente o fruto das interpretações sociais. Os sujeitos humanos, por sua vez, não são apenas captadores e reprodutores da realidade externa, mas tampouco são criadores de interpretações livres e plenamente voluntárias; dependem dos demais e também das características do mundo externo, para criar representações que sejam funcionais. Por isto, nem sempre é possível (ou desejável) elaborar reflexões que os considerem em separado.

No estudo de Tomanik (1997) temos as Representações Sociais de Natureza vinculadas à base da identidade dos pescadores. Os pescadores têm, nas suas Representações de Natureza, o

locus de autonomia, liberdade, auto-gestão, que tem sido o amálgama de seu reconhecimento de si e das relações entre eles desde quando, lá no passado, eram agricultores e trabalhavam com a terra. Estas Representações sustentavam um sentimento de apego à natureza que já existia anteriormente.

As Representações Sociais de Trabalho estavam intrinsecamente relacionadas com as de Natureza. Os conceitos de Trabalho e Natureza, separados e tal como considerados normalmente, existem, para nós, apenas em função de uma necessidade de organização de nossos processos de reflexão. Para os pescadores, aqueles conceitos são inseparáveis, entres si e de alguns outros. Trabalhar é agir na natureza. O envolvimento com a natureza possibilita o sustento e a sobrevivência de toda a família. Isto já acontecia quando o vínculo era com a terra, e permaneceu no vínculo com o rio. O trabalho era compreendido como uma forma de reafirmar os laços com o ambiente, família e sociedade.

As relações que estabeleciam com o trabalho era desprovida de escalas, de carreiras e promoções, pois trabalhavam para a própria subsistência.

Constatamos que já havia uma problemática existente na vida dos pescadores, a de manter a subsistência da família com a pesca, devido a processos que estavam reorganizando a vida daquela população, como a precarização da atividade e a modernização da exploração. Essa situação gerava insegurança por parte dos pescadores sobre a viabilidade ou não da continuidade da atividade pesqueira.

A representação de natureza, que se concretiza no sentimento de apego a ela e, inclusive, é componente de suas identidades, diante da situação de insegurança, resulta em sua resistência em abandonar a pesca. Essa resistência aparece entre os pescadores mais antigos. Eles ainda acreditam, têm esperanças na melhora das condições de trabalho; ao mesmo tempo, mantêm trabalhos paralelos, chamados de “bicos” para auxiliarem no sustento familiar. Já entre os mais jovens, essa insegurança os leva a considerarem o abandono da atividade, embora indesejável e indesejado, como forma principal de sobrevivência.

Os dois grupos parecem manter relações invertidas com a pesca, uns procurando manter sua prática, outros a abandonando, mas apenas adotam estratégias diferenciadas, com o mesmo fim: os mais velhos fazem trabalhos paralelos para se manterem na pesca, o mais jovens trabalham em outras atividades (não necessariamente na natureza) para manter a proximidade com o rio. No fundo os dois querem a mesma coisa: a continuidade dos contatos com a natureza e a manutenção do estilo de vida livre.

No estudo de Paiola e Tomanik (2002), as Representações Sociais de Natureza permaneceram vinculadas a manutenção da identidade deste grupo. Para os jovens e filhos de pescadores o contato com a natureza possibilitava liberdade, autonomia, tranquilidade e refúgio. Possuíam um saber sobre o funcionamento da natureza que foi apreendido na prática e adquirido através de conhecimentos passados de geração para geração. Todo este saber era permeado pelos laços afetivos criados, como o sentimento de pertencimento àquele lugar, pois se sentiam parte da natureza.

Porém, a natureza estava em gradativa transformação e isto era evidente e evidenciado por todos na região, principalmente por aqueles que sobreviviam dos seus recursos.

Quanto às Representações Sociais de trabalho, a atividade pesqueira estava em declínio, e para a maioria, não existiam condições de sobrevivência somente através dela. Porém, relatavam que abandonariam a pesca, mas não o contato com a natureza.

Foi possível evidenciar a ambigüidade que viviam em suas relações com a atividade pesqueira. Por um lado, as dificuldades desanimavam, mas por outro, era a atividade que afirmava e propiciava o estilo de vida que queriam. Isto foi percebido pelo abandono gradativo, por parte dos pescadores, da atividade. Ficou evidente que paralelamente à atividade principal, buscavam outras, para manter o sustento da família e que pretendiam transferir seus esforços, gradativamente, para estas. Para os jovens e filhos de pescadores, a pesca como profissão, na região era algo sem futuro.

No estudo de Paiola, Sponchiado e Tomanik (no prelo), as Representações Sociais de Natureza continuavam semelhantes às dos outros momentos, pois foi na natureza (rio, terra, plantas, animais...) onde viveram suas vidas e onde queriam continuar vivendo. Eles se consideravam mais do que parte da natureza, eles se consideravam natureza, e este sentimento continuava profundo e arraigado.

Possuíam compreensão das mudanças que ocorreram na natureza (diminuição dos estoques pesqueiros, fechamento das barragens, diminuição da vazão do rio...), pois acompanharam vivencialmente todo o processo e sentiam e sofriam as conseqüências destas mudanças. A natureza não era mais a mesma, porque passou gradativamente por alterações. Por isto, as relações cotidianas a deles com a natureza, mudaram. Mudaram de emprego, mas a relação afetiva com a natureza ainda permaneceu a mesma, pois foi nela que eles sustentaram suas identidades até então.

Decorrentes das mudanças ocorridas na natureza, as Representações Sociais de Trabalho já não eram as mesmas de antes. Eles, na maioria, continuavam pescando, mas não tinham a pesca como a atividade principal de sobrevivência. As mudanças ocorridas os impulsionaram para outras atividades, como a construção civil, trabalhadores volantes na agricultura, extração de areia, piloto de barco, guia turístico, criador e vendedor de iscas. A pesca, que era a atividade principal, tornou-se secundária.

Suas relações com o trabalho já não envolviam mais autonomia e liberdade, principalmente para aqueles que buscaram alternativas fora do contato direto com a natureza. O trabalho foi separado na natureza, os trabalhadores separados de seus desejos e de sua auto-suficiência.

Quanto à continuidade da atividade, sabem que são praticamente os últimos representantes da pesca artesanal profissional, já que entendem que seus filhos precisam estudar, por não haver na pesca uma possibilidade de sobrevivência.

Como vimos, as Representações Sociais são criadas por indivíduos que pensam individualmente e coletivamente, em suas interações com o meio físico e social. Assim, se algo mudar em sua base, todo o restante é alterado. Então, cada novo momento histórico trás consigo alterações nas Representações Sociais. O que podemos perceber é que as Representações Sociais de Natureza e Trabalho compartilhadas por estes pescadores pouco têm se modificado ao longo dos anos. Suas relações deles com a natureza e o trabalho foram alteradas, mas eles estão tentando, ainda, manter ou readaptar suas Representações Sociais, para não precisar mudar quem são, ou quem gostariam de ser.

Quando os mais velhos eram jovens, o trabalho e a sobrevivência ligavam-se, exclusivamente, à natureza. Todos dependiam dela. Ela era a base da vida deles e era também a vida deles, tanto que se confundiam com ela. As mudanças econômicas, políticas, ambientais exigiram o aprendizado e emprego de novas estratégias de sobrevivência. Estratégias estas das quais os mais velhos, seja por causa da idade e limitações físicas, seja por despreparo educacional, seja, por fim, pela própria resistência em mudar seu estilo de vida, não se apropriaram. As mudanças, portanto, provocaram uma ruptura no grupo: os antigos mantiveram o apego ao estilo de vida e, dessa maneira, procuram atividades secundárias que permitisse a eles ficarem no rio, e os jovens, que tem como trabalho as atividades fora da pesca, a mantêm como atividade secundária. Embora as estratégias sejam diferentes nota-se o objetivo em comum:

não permitir que o mundo os mude e, por meio da resistência, conseguir, ainda, se manter pescadores. Não se desapegaram, portanto, da natureza e nem do estilo de vida ligado a ela.

Partindo desta base, do que mudou e do que permaneceu, buscamos então, entender como e porque, no decorrer dos anos, as Representações tiveram estas configurações e quais foram os agentes destas transformações. As representações sociais estão relacionadas à importância dos elementos representados para as atividades cotidianas. Basicamente representamos as coisas que são importantes em nosso mundo, já o que não tem importância não precisa ser conhecido ou, ao menos, não merece ser conhecido em detalhes. No caso dos pescadores as Representações Sociais importantes são aquelas relacionadas à sobrevivência: a natureza enquanto lugar de viver, e o trabalho, enquanto atuação que visa propiciar, ao mesmo tempo, aquele viver e uma parte essencial de suas identidades. Alguns deles não se consideram apenas pescadores: eles são “pirangueros” e “(...) o piranguero ele não pára de pescá, não. Pára não ...” (Walter, citado por Tomanik, 1997, p. 424).

Como visto anteriormente, as mudanças e as permanências nas Representações e mesmo nas Identidades das pessoas, não ocorrem ao acaso, elas estão relacionadas aos processos econômico, ambiental, cultural e também os psicossociais. De acordo com Jodelet (1989, p. 44), “(...) não é possível conhecer o ser humano sem considerá-lo inserido numa sociedade, numa cultura, num momento histórico e em dadas condições políticas e econômicas”. E foi nisto que nos pautamos para compreender as mudanças e as permanências.

As transformações econômicas ocorridas determinaram o término do que era e direcionaram o que veio, influenciando na direção e intensidade das mudanças na natureza e na vida dos pescadores.

Podemos dizer que na história destes pescadores, houve três momentos difíceis e de transição. O primeiro foi quando chegaram à região. As famílias tinham raízes na agricultura, tradição herdada de outras gerações. A agricultura, tal como praticada naquele momento, possibilitava a ocupação plena, pois trabalhavam o ano inteiro e toda a família era inserida no processo. Nesta condição, não necessitavam de salários, pois, como meeiros e parceiros, sempre estavam ocupados e mantinham basicamente, as necessidades próprias e da família.

Com a crise na cafeicultura, e a erradicação das plantações de café, a pecuária passa a ocupar grande parte das terras. Com isto, não havia ocupação suficiente para toda a família, e a unidade de produção não era mais o grupo familiar. Naquele momento, a pesca se tornou, para vários daqueles agricultores, a alternativa mais interessante, pois possibilitou englobar

novamente todo o grupo familiar e manter o vínculo com a natureza. A pesca, que era uma alternativa para diversificar a dieta familiar ou, eventualmente, uma atividade de lazer, passa a ser a fonte principal de renda.

O abandono do sonho original, a posse da terra foi inevitável, mas não completo. Como não tinham conhecimento para exercer outras atividades fora da vida ligada à natureza, a pesca, além de ser uma estratégia foi, também, uma imposição para manterem o estilo de vida desejado.

Isto demonstra um processo de resistência destas pessoas em mudar seu estilo de vida. Optaram por uma estratégia de sobrevivência, que tinha por referência o conhecimento adquirido ao longo dos anos de contato com a natureza que, por sua vez, oportunizava o estilo de vida relativamente livre, sem padrão.

O caminho trilhado foi aquele que permitia uma vida mais próxima da realidade que eles já viviam, com estratégias de vida já conhecidas, e no qual podiam manter e aproveitar boa parte do conjunto das representações sociais que já haviam elaborado.

Como pescadores, passaram a viver principalmente com o dinheiro do peixe vendido, forma de sustento diferente de quando eram agricultores, em que produziam boa parte do que era necessário para suas subsistências. Nesta profissão, os pescadores mantêm a mesma concepção de natureza, mas agora trabalham diretamente para o mercado e de forma dependente (relações capitalistas). De certa forma a relação com este mercado já acontecia, também, quando trabalhavam como “volantes” ou “bóias-fria”.

As representações são criadas para facilitar a vida e organizar a própria existência. Eles se tornaram pescadores, alteraram sua principal atividade de trabalho, mas a concepção de trabalho e natureza permaneceu muito próxima do original, pois continuaram trabalhando como meeiros e parceiros, em contato direto com a natureza. Ir para a pesca, atividade já conhecida, permitiu manter seu estilo de vida, suas representações e, por consequência, suas identidades.

Os pescadores que moravam ou se mudaram para as ilhas, não puderam permanecer lá por muito tempo, seja porque as enchentes os expulsaram de lá ou, mais recentemente porque as ilhas se tornaram parques ou áreas de preservação. Da mesma forma que os pescadores que moravam no continente, sofreram as mesmas dificuldades para encontrar trabalho, já que a pecuária implantada na região não oferecia oportunidades e o agravamento gradativo da escassez de peixe era uma realidade para todos.

Mais recentemente, com o avanço das atividades turísticas, viver na cidade se tornou dispendioso, tanto para adquirir os materiais de consumo quanto para pagar ou manter os imóveis. Os pescadores que possuíam residências próximas ao rio, lugar onde sempre moraram, foram gradativamente expulsos, pois, principalmente estes imóveis, às margens do rio, foram os que mais valorizaram. Novamente eles se encontravam em processo de transição, e pressionados a encontrar novas alternativas para manter o sustento da família.

Ao mesmo tempo em que o turismo representava uma invasão em suas vidas, por outro, abriu várias frentes de trabalho, vinculadas ou não a natureza (servente de pedreiro, jardinagem, caseiros, piloto de barco, guia turístico, criador e vendedor de iscas...).

Frente ao encarecimento da vida na cidade, com dificuldade em manter o sustento com o peixe, novamente tiveram que mudar de atividade principal. Da mesma forma, as Representações de natureza e de trabalho foram alteradas, mesmo para os que permaneceram vinculados a terra e ao rio, pois sua atuação não envolve mais os mesmos graus de autonomia e liberdade. Muitos entenderam que não são mais autônomos e, por necessidade, precisaram terceirizar seu trabalho. Diante das possibilidades, muitos pescadores encontraram em algumas destas atividades, formas de se manterem vinculados à natureza.

Buscaram permanecer em atividades em que seu saber, experiência e vivência eram fundamentais (guia turístico ou de pesca, criador ou pescador de iscas, piloto de barco). Eles se valorizaram e mantiveram suas relações afetivas com a natureza porque acharam ou desenvolveram atividades nas quais aquelas relações faziam sentido e eram consideradas importantes.

As Representações Sociais demonstram não ser apenas cognitivas, elas também são carregadas afetivamente, pois os pescadores continuavam gostando e se identificando com as novas atividades desenvolvidas. Eles se mantêm reticentes e resistentes em mudar radicalmente de trabalho, ou abandonar a vida na natureza. Já que não é possível sonhar mais com o pedaço de terra própria e em ser pescador artesanal profissional, permanecem trabalhando vinculados à natureza, utilizando seus saberes e (re) afirmando-se como portadores dos mesmos.

Para os que não puderam, ou optaram por não permanecer nas atividades vinculadas diretamente à natureza e se inseriram no mercado de trabalho tipicamente urbano, como serventes de pedreiro, jardineiros, caseiros, provavelmente o conhecimento adquirido e acumulado ao longo de suas vidas e das vidas de seus familiares passou a ter pouco valor ou

importância. As Representações de Natureza e Trabalho que haviam desenvolvido e que compartilhavam anteriormente passaram a ter pouca utilidade no mundo em que passaram a viver. Eles ainda concebem e sentem a natureza como antes, ainda querem viver dela, mas ela mudou e já não pode atender suas necessidades. Diante disso, tiveram que mudar as Representações de trabalho e natureza, principalmente porque as novas atividades estavam afastadas do contato direto com a natureza (a natureza foi separada do trabalho).

Não existe homogeneidade, não é assim para todos: uns trabalham no rio como pilotos ou criam iscas; outros foram para a construção civil, jardinagem... e vão para o rio quando podem. O rio e natureza são apenas o pano de fundo, não mais os elementos principais no processo de engendramos novas representações.

Ao longo destas transições, as relações entre trabalho e natureza foram sendo alteradas. Na passagem da agricultura para a pesca, trabalhar deixou de ser tirar o sustento diretamente da natureza, esta passou a ser apenas a fonte de produtos que seriam disponibilizados, por eles, para o comércio. Hoje, para muitos, deixou de ser isto também: ela fornece apenas a paisagem que atrai os turistas e é nas casas destes que os ex-pescadores encontram e exercem suas novas ocupações; a natureza fica para os turistas.

O trabalho de Sponchiado, Eidt e Tomanik (2002) evidenciou que, paralelamente ao grupo agrícola, que procurava obter sua subsistência por meio de formas tradicionais de trabalho, com vínculos estreitos com a natureza (pequenos agricultores e pescadores), existia outro, formado por comerciantes, vendedores, empregadas domésticas, que se desenvolveu, ou se adaptou ao mercado de trabalho tipicamente urbano.

Esta parte da população, direcionada ao trabalho urbano, cresceu na localidade, acompanhando uma tendência nacional. A modernização pela mecanização do campo expulsou gradativamente o homem deste espaço e o direcionou ao mercado urbano. A introdução de novos produtos e novos hábitos de consumo transformou o trabalhador em consumidor, inclusive grande parte dos grupos agrícolas ou tradicionais.

Do ponto de vista ambiental, os pescadores profissionais de Porto Rico acompanharam, ao longo dos anos, as alterações ocorridas na região na e pela natureza, processo este, ainda contínuo. O desmatamento das margens paranaenses, as barragens, a alteração dos ciclos circanuais de água e a diminuição dos estoques pesqueiros, são exemplos de fatos que alteraram e degradaram o funcionamento da natureza. Já a criação de parques, reservas

nacionais e a proibição de acesso a muitos trechos dos rios, representam tentativas de preservar a natureza. Quanto ao homem lá instalado, pouco efetivamente foi feito.

Como já citado, as cheias do rio eram fundamentais para a existência da dinâmica ambiental da planície de inundação, pois elas possibilitavam condições adequadas para a reprodução e a alimentação de várias espécies de peixes e outros animais. Com a construção das barragens, a vida no rio passou a ser modificada intensamente. Os ciclos (cheias e secas) que eram definidos e alternados de forma relativamente constante passaram a serem instáveis, com períodos muito mais curtos e intensidades menores. Num mesmo dia é possível que ocorram um momento de cheia e outro de vazante. Isto significa que a entrada e saída de água da planície está desregulada. A construção das barragens produziu ainda, em toda aquela região, a diminuição ou eliminação das espécies de peixes de maior valor comercial, a introdução de novas espécies e a diminuição, de modo geral, dos estoques pesqueiros. A pesca que era ruim ficou muito pior.

As mudanças provocadas na natureza interferiram diretamente na vida dos pescadores, pois o rio, sem seus ciclos, não possibilita a procriação necessária de peixes, que eram a matéria prima para a manutenção de sua atividade profissional. Esta situação forçou os pescadores a buscarem, mesmo contrariados, alternativas de trabalho, seja em contato com a natureza, ou fora dela.

Estas mudanças foram entendidas e sentidas pelos pescadores, que relatavam os impactos em suas vidas. Por necessidades ou interesses econômicos nacionais os rios foram represados, para a geração de energia elétrica. Por sua vez, os represamentos alteraram intensivamente a natureza (ambiente); isto, aliado a outros interesses econômicos locais e regionais, reorganizou a economia local, dificultando e até inviabilizando a sobrevivência daqueles que subsistiam dos recursos naturais disponibilizados até então.

As mudanças ambientais ocorridas na região representam uma amostra do que acontece no país e no mundo. Paralelo às grandes alterações ambientais, pouco se fez para equilibrar os impactos.

Os aspectos econômicos e os ambientais são vinculados diretamente à alteração e/ou manutenção dos aspectos psicossociais e culturais. Os pescadores profissionais de Porto Rico podem ser considerados como muito próximos de uma população tradicional. Diegues (1996) cita como exemplos de populações tradicionais os indígenas, os ribeirinhos e também os pescadores artesanais.

Para este autor, grupos tradicionais podem ser entendidos como:

(...) populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e dos ciclos econômicos. Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaque e inúmeras palavras de origem indígena e negra (Diegues, 1996, p.14-15).

Por esta definição, tomada em sua íntegra, não podemos afirmar que os pescadores de Porto Rico constituem uma população tradicional porque este grupo não se encontra isolado do resto da sociedade e por ter sido constituído num período muito recente. No entanto, Diegues (1996, p.92), além de relativizar aquele isolamento, também afirma que

(...) nenhuma cultura tradicional existe em estado puro (...) por causa sobretudo da sua maior ou menor articulação com o modo de produção capitalista dominante; ou seja, as populações e culturas tradicionais se acham hoje transformadas em maior ou menor grau (...) Um dos processos desorganizativos dessas culturas reside na globalização ou uniformização cultural produzida pelo capitalismo e pela sociedade de massas.

As populações consideradas tradicionais, com culturas específicas, desenvolveram estilos de vida baseados em relações de proximidade com a natureza, com baixos padrões de consumo e densidade populacional, sem opções alternativas de renda e, para sobreviver, dependiam do uso sustentável dos recursos naturais, isto é, de um uso orientado para o respeito aos ciclos dos recursos naturais de forma a não esgotá-la e que, assim, propiciava a preservação destes recursos e, portanto, da natureza.

Semelhante a estes grupos, os pescadores de Porto Rico, em um passado não longínquo se aproximaram das populações tradicionais, pois os recursos disponibilizados na natureza eram, em sua maior parte, voltados para a subsistência. Além do café, produto destinado ao comércio, plantavam, mantinham pequenas criações de animais ou extraíam diretamente da natureza a maior parte do que consumiam.

Porém, encerrado este momento econômico local, precisaram se tornar pescadores profissionais para sustentarem a si e suas famílias e, com isto se inseriram com mais intensidade no mercado capitalista, e se distanciaram de uma vida mais tradicional. Contudo, estes pescadores ainda prezavam pela dependência e pelo cuidado com a natureza, pois

compreendiam que suas vidas estavam ligadas à ela, seja pelo sustento material, seja pela constituição central de suas identidades. O conhecimento que este grupo produziu acerca dos recursos naturais e dos ciclos biológicos traduz-se no uso sustentável dos recursos naturais, necessário para a continuidade de sua subsistência.

Isto significa ainda, para eles, valorização da autonomia e do estilo de vida livre, da atividade econômica baseada no contato com a natureza e de seus conhecimentos e técnicas. Assim, suas Representações Sociais sobre o Trabalho, a Natureza e sobre eles próprios, formam teias de significados entrelaçados e inseparáveis.

Porém, as alterações ambientais e econômicas os colocam em confronto com outro elemento típico da cultura tradicional: o homem como provedor das necessidades familiares. Mesmo quando o grupo familiar participa da agricultura, o homem é o grande trabalhador, o administrador. Como não estavam conseguindo prover o sustento de seus grupos familiares, isto gerou sérios problemas pessoais: eles perderam seu papel social. Estas angústias estiveram presentes nos discursos em que diziam que queriam continuar livres, sem patrão, porém não queriam ser considerados “vagabundos”.

Paralelo ao prazer propiciado pela atividade, a pesca é um trabalho. Na configuração capitalista, trabalho deve resultar em ganhos econômicos. Assim, a situação deles, como pescadores, tornou-se crítica, pois o que ganhavam não era suficiente para garantir a sobrevivência de si e da família.

Forçados pelas alterações econômicas e ambientais, a cada mudança de atividade (agricultura, pecuária, pesca, turismo...), muitos pescadores não conseguiram continuar em trabalhos vinculados à natureza ou que propiciassem a manutenção de suas representações sociais e de sua identidade. Para os que permaneceram em atividades relacionadas à natureza, suas representações de natureza praticamente permaneceram porque continuam vinculados à terra e ao rio.

A concepção de natureza permanece muito próxima o tempo todo, cognitivamente e afetivamente, em todos eles. As representações sociais de trabalho vão mudando porque o trabalho é a parte prática, de execução, de sobrevivência, então precisaram se adaptar mais rapidamente. A identidade destes pescadores está vinculada ao modo de vida, à natureza, diante disso, eles procuram adaptar seu trabalho ao que é possível e que permite a eles a manutenção, tão intensa quanto possível, de suas identidades.

Conforme Moscovici (2005) afirmou, sempre que os sujeitos experimentam o desconhecido ou o não-familiar, entendem este momento como ameaçador, como se perdessem as certezas e constatam que as formas usuais de responder ou resolver essas situações já não servem mais. Os pescadores percebendo que já não conseguiam sobreviver, antes com a agricultura, e por fim, com a pesca, se viram obrigados a descobrir ou a elaborar novas formas de atuar no meio em que viviam. Buscaram alternativas em atividades nas quais procuraram utilizar os conhecimentos e disposições que já faziam sentido em suas vidas. De agricultores passaram a ser pescadores e de pescadores tornaram-se ligados ao turismo, mas sempre atuando em atividades vinculadas à natureza.

As Representações que possuíam em cada atividade de trabalho precisaram ser alteradas porque elas já não respondiam as necessidades do novo momento. Representações são usadas e reproduzidas no grupo enquanto elas respondem as necessidades, quando não mais respondem as angústias e ansiedades, elas são alteradas, mas não de forma automática ou drástica. Novos elementos são incorporados aos antigos, testados, compartilhados, e se diminuem as dúvidas, permanecem, compondo a cadeia de representações sociais.

Durante a construção deste capítulo pontuamos por vários momentos a aproximação entre Representações Sociais e Identidade. Agora, estabeleceremos a relação entre elas. As Representações Sociais e a Identidade possuem uma relação dialética entre si. As primeiras são construtoras da segunda, e esta por sua vez influencia e direciona a utilização das primeiras. Manter as Representações Sociais é uma forma de manter a Identidade.

Segundo Ciampa (2001) identidade a princípio poderia ser entendida como um conjunto de aspectos individuais que caracterizaria uma pessoa e a diferencia dos demais, isto porque a identidade é comumente apresentada como algo estático e imutável, compreensão esta decorrente da influência Positivista, e que camufla seu caráter sempre flexível, mutável, provisório e histórico.

De acordo com Lima, Ciampa e Almeida (2009), a conceituação de Identidade deve ser entendida historicamente, considerando a relação entre indivíduo e sociedade, considerada como essencial nos referenciais teóricos da Psicologia Social Crítica.

Desta forma, entendemos a constituição da identidade como multifatorial e processual, uma sucessão de interações ao longo das quais o indivíduo, inicialmente natural e biológico, com as interferências históricas e transformações sociais, é capaz de metamorfosear-se e transformar-se em um ser histórico, construído nas relações sociais. Neste processo, o sujeito

ao mesmo tempo em que é um participante social, também é autor e ator de ações que podem direcionar ou transformar a própria história e a da sociedade. Assim, o processo histórico se materializa na síntese da natureza e da cultura.

Por ser um processo, com interferência constante das relações estabelecidas, a identidade tem caráter de metamorfose, pois apresenta o ser humano como ativo e em constante processo de transformação. Transformação que se dá por um processo dialético, entre indivíduo e sociedade, que se constituem reciprocamente, de forma ativa, em que os fenômenos são considerados e analisados em movimentos de contínua interação.

Para Ciampa (2001), a identidade é compreendida como um processo permanente de metamorfose, cuja dimensão temporal envolve diferentes momentos. Por exemplo, como um adulto, no presente momento, pode falar da criança e do adolescente que foi, lembranças estas que se encontram no passado, e dizem respeito a sua história de vida. Como também pode pensar em como será sua vida quando envelhecer, como projeto de vida, e como forma de falar de si.

Segundo Ciampa (2001), além da representação de si, há uma elaboração mental da pessoa sobre o que o indivíduo pensa que é, gostaria de ser, e sobre como gostaria de ser visto. Esta elaboração é produção e produto não só do sujeito, mas ao mesmo tempo das identidades presumidas - que são aquelas atribuídas a cada um pelos diversos grupos sociais - as ações desenvolvidas pelo sujeito e também pelas relações estabelecidas em sua rotina.

As pressuposições sobre identidades afetam a todos. Mesmo antes do nascimento de uma criança os pais e as pessoas que fazem parte do círculo social já estão inferindo sobre seu futuro, e mais ou menos irão interferir no seu desenvolvimento. Já nascemos com uma identidade pressuposta. Além deste tipo de pressuposições, existem outras que compõe a rede que organiza a sociedade e que interferem na construção da identidade, como as relações de classe, trabalho, religião, etnia, faixas etárias...

Então, Identidade pode ser considerada a interação de vários papéis sociais atribuídos ao sujeito. Os papéis são mais genéricos e que por sua vez, representam todo um grupo. Neste caso, o papel a ser evidenciado é o de pescador. Por outro lado, cada pescador (ator) representa o seu papel de forma singular, dando corpo a um personagem. Assim, a identidade aparece concretizada ou objetivada nos personagens apresentados pelo sujeito. É em sucessivos movimentos de morte e vida que o sujeito se constitui, com o abandono dos personagens pressupostos para que a identidade se concretize pela metamorfose, em busca da

emancipação. “(...) A tendência da metamorfose, a condição necessária para novos avanços talvez seja a morte da personagem última que encarnou” (Ciampa, 2001, p. 230).

Segundo Ciampa (2001) a identidade é caracterizada pelo processo de metamorfose, porém a questão central passa a ser o sentido das mudanças de identidade que, pode ser emancipatório ou não.

De acordo com Ciampa (2001) as identidades pressupostas farão parte da vida dos sujeitos por toda a sua história, porém terão menor ou maior influência de acordo com o nível de reflexão que o sujeito tem sobre si e os fenômenos que o rodeiam. Quanto menos questionadas as convenções sociais, mais as identidades pressupostas serão reproduzidas e assim, mais permanecerá consolidada uma tradição que vê como natural o que é social. Este sujeito ficará estagnado na “mesmice”, como se a metamorfose deixasse de ocorrer.

A mesmice aparece quando há a impressão desta não mudança da identidade, como se ela não pudesse metamorfosear-se e então se emancipar dos personagens passados.

“Na verdade, evitar a transformação – manter-se inalterado – é impossível; o possível, e que requer muito trabalho, é manter alguma aparência de inalterabilidade, por algum tempo, como resultado de muito esforço para conservar uma condição prévia, para manter a *mesmice*” (Ciampa, 2001, p. 165) [grifos do autor].

Ao mesmo tempo, a transformação ou a (re)criação de uma identidade não implica na eliminação total da anterior. Como um processo que acompanha a vida do sujeito, a identidade inclui e mescla tudo aquilo que ele já foi, o que é e o que poderá vir a ser. Como síntese, cada momento do processo da identidade contém em si a essência de teses já superadas, de outros momentos, já vividos.

A identidade está sempre em transformação, mesmo quando é percebida como estática, ou parece não sofrer alterações. Ao mesmo tempo, estará ocorrendo a reposição das identidades presumidas, pela repetição dos papéis dados e assumidos na e pela sociedade. Se a reposição fosse o único processo existente, seriam eliminadas a historicidade e a capacidade de transformar o existente e dar vida a novos personagens. Felizmente isto não ocorre e podemos alimentar, no máximo, uma impressão de mesmice.

Ao afirmar que são pescadores, os envolvidos neste estudo parecem sustentar uma situação de mesmice, mas os processos de transformação no contexto em que vivem exigiram deles novas atuações. Essas novas atuações os colocam em novos papéis, mesmo que próximos dos papéis anteriores. Ao afirmarem ser pescadores, ao manterem atividades próximas dos valores e do

mundo prático da pesca, o que se pode pensar é que a morte daquela identidade de pescador não ocorreu, a identidade de pescador persiste, e isto é verdade; só que ela existe, agora, aliada a outros e novos elementos. Ele ainda é o mesmo sujeito e ainda é pescador, só que é um pescador diferente, trabalhando de forma diferente. Atua, ainda, ligado à natureza, mas a uma natureza que se não é completamente diferente, tem que ser tratada, agora, de novas formas.

Segundo Ciampa (2001), em nossa sociedade o trabalho “(...) é um componente forte na configuração de uma identidade” (p. 232). Para este autor, o movimento histórico inicial do capitalismo atuou no sentido de tornar todos os trabalhadores vendedores de sua força de trabalho, ou seja, assalariados. Os pescadores, quando buscam ser autônomos, estão indo contra esta tendência, mas provavelmente não perdurarão por muito tempo: “(...) existem os sobreviventes, que ainda não vivem do trabalho assalariado, tanto que existem aqueles que insistem em recuperar *saudosamente uma época*” (p.232) [grifos do autor]. Este movimento dos pescadores pode ser considerado regressivo, do ponto de vista da sociedade capitalista. Por outro lado, pode ser considerado como emancipatório, se visto sob a ótica de suas aspirações e de seu estilo de vida.

No caso dos pescadores, eles já passaram por mudanças concretas com relação ao trabalho que executavam. Tiveram que deixar de ser agricultores, para se tornarem pescadores. As mudanças ocorridas no processo determinaram um momento de suas vidas, e a metamorfose certamente ocorreu – o que é razoável inferir – transformando os sentidos, seja de suas histórias, seja de seus projetos de vida. Para os pescadores este foi um momento de superação de suas identidades pois, embora buscando manter suas referências, passaram a aceitar a idéia de que não eram mais agricultores. Em um contexto alterado, criaram novos personagens. Manter a identidade construída sobre o personagem de agricultor, ou seja, repor este personagem teria sido uma tentativa de direcionar a identidade à mesmice ou ao seu desaparecimento. Já como pescadores, puderam iniciar novo ciclo.

A mudança de atividade transformou sua identidade, pois não eram mais lavradores, porém sua nova atividade permanecia vinculada a natureza, ao ambiente em que sempre conviveram e dependente de muitas das Representações Sociais que haviam elaborado. Esta nova possibilidade não desintegrou por completo sua identidade, mas deu-lhes condições de se transformarem em um novo “homem pescador”, uma emancipação do personagem anterior.

Quando os agricultores se adaptaram a vida de pescadores as transformações sociais, economias e ambientais continuaram a acontecer, e isto novamente trouxe mudanças para

suas vidas. A vida de pescador, que já era difícil devido às condições da própria atividade, gradativamente se tornava uma atividade que não promovia suficientemente o sustento familiar - ao mesmo tempo em que reforçava seus laços com a natureza e reafirmava sua identidade. Assim, eles foram, novamente, impelidos ou forçados a se adaptar as novas condições.

Com a inviabilidade da pesca como atividade profissional, e do crescimento do turismo, mais uma vez os pescadores se encontraram em processo de transformação. Contudo, mesmo com as novas transformações nos sentidos, seja de suas histórias, seja de seus projetos de vida, alguns deles buscaram permanecer vinculados a natureza, não mais como pescadores, mas como barqueiros, criadores e vendedores de iscas... Mudaram para não deixarem que as condições materiais da existência mudassem por completo sua identidade, que estava vinculada diretamente a natureza. O que podemos dizer que por mais uma vez houve uma emancipação, mais clara para aqueles que permaneceram vinculados mais diretamente à natureza.

Dos pescadores que não encontraram alternativas junto a natureza, ou que tiveram que buscar alternativas no mercado urbano, não se pode dizer que conseguiram manter tão claramente suas identidades, até porque mudaram de trabalho e seus saberes anteriores, em um ambiente urbano, pouco valor ou utilidade terão. Talvez, para estes, a transformação venha implicando em algum grau de degradação de suas identidades, já que o que eles foram pode não ser valorizado no espaço social em que atuam agora. Um ponto importante para a constituição de suas identidades, o trabalho, foi muito alterado: hoje eles são jardineiros, serventes de pedreiro e pescadores apenas nas horas vagas.

5.1. Considerando...

Com o término da apresentação das trajetórias e das análises e discussões, chegou o momento de nossas considerações finais ou buscando ser mais coerente, suspendermos o nosso diálogo por hora. Por mais pretensões que tivéssemos neste estudo, a que não ousamos querer foi encerrar permanentemente a discussão proposta, ou ter estas considerações como verdades absolutas. Por mais repetitiva que pareça esta afirmação, ela vai ao encontro do posicionamento com o qual nos comprometemos desde o princípio.

Na tentativa de suspender este estudo, nos remetemos à vida dos pescadores que continua o seu curso e em processo de construção com novas interações, novas informações, novas interpretações, novas representações sociais, novas identidades, novas práticas... Então, tudo o que foi escrito aqui, representará apenas uma compreensão parcial dos fenômenos estudados naquela realidade.

Temos a certeza de que pontos cegos e lacunas permanecem neste estudo, mas isto não é um problema, pois acreditamos que estudo nenhum se dá por acabado. A utilização dos mesmos referenciais por outro pesquisador poderia ter conduzido as análises e discussão a outros rumos e a utilização de outras metodologias poderia abrir espaço para iniciar novas trajetórias e novos diálogos. Como dito por González Rey (2005), a realidade que é apropriada pelo pesquisador sempre é inter-relacionada, infinita, processual, e nossa leitura e compreensão, parciais. Ao afirmar que o conhecimento é construído, enfatizamos que ele é um produto do ser humano, delimitado historicamente e, por isto, não conclusivo e não representativo da realidade como um dado bruto e puramente externo.

Temos ciência de que tudo o que foi disponibilizado nesta dissertação estava dentro das condições objetivas e subjetivas, dentro do possível - do possível das nossas condições intelectuais, sociais, econômicas e emocionais.

Com o que foi apresentado nas trajetórias e nas análises e discussões foi possível mostrar processualmente o que mudou e o que permaneceu nas Representações Sociais de trabalho e natureza dos pescadores artesanais profissionais; como também inferir como os fatores econômicos, ambientais e psicossociais influenciaram nas mudanças e permanências e, por fim, visualizar como os pescadores participaram deste processo.

Diante do que foi exposto, este estudo nos deu condições de contribuir com a Teoria das Representações Sociais e de elaborarmos constatações e previsões futuras sobre o grupo de pescadores artesanais profissionais, demonstrando as implicações das transformações e permanências na vida dos pescadores

Com este estudo foi possível inaugurar novas “zonas de sentidos”, novas compreensões sobre a realidade estudada e assim contribuir com a teoria. Tudo está em constante movimento e em permanente, e dialético, processo de transformação/conservação, reafirmando a consequente transitoriedade dos fenômenos estudados dentro de um determinado período de tempo. As representações sociais estão mudando, e estas por sua vez, são novos elementos que permitem a metamorfose das identidades e a construção de novas representações. Compreendemos que

as Representações Sociais de trabalho e natureza dos pescadores profissionais de Porto Rico, no período entre 1994 e 2009, de forma gradativa e pouco sutil, foram modificadas.

Quanto às constatações e previsões futuras, o grupo agrícola que tinha uma vida relativamente simples, vinculada à natureza, por não conseguir manter o sustento, está assimilando e aderindo cada vez mais a cultura hegemônica. Ao aderir às novas tendências o grupo está perdendo suas características e está, gradativamente, se enfraquecendo diante da força homogeneizante do capitalismo e se inserindo nas concepções mais tipicamente urbanas.

Apesar de toda a resistência dos pescadores para não perderem suas referências, há uma tendência (que é muito mais intensa e constante que a resistência imposta) no mundo capitalista de eliminar as diferenças. Os grupos tradicionais tendem a, se não exterminados fisicamente, perderem muito de sua cultura, pela incorporação de uma nova. O conjunto de todos os trabalhos mostra que o pescador, e a cultura local, estão em processo de extinção. Como Diegues (1996) apontou “um dos processos desorganizativos dessas culturas reside na globalização ou uniformização cultural produzida pelo capitalismo e pela sociedade de massas” (p. 92).

Aderir à cultura hegemônica significa desenvolver novos hábitos, novas rotinas e novos saberes, com o despertar de novos sentimentos. O novo mundo a ser descoberto implica em novas representações sociais e novas identidades.

Diegues (1996) afirma ser antiético promover a exclusão de populações que tem mantido sua cultura, construído sua história e sobrevivido, de áreas ocupadas por eles há anos ou décadas. No caso destes pescadores, eles não estão sendo, à rigor, expulsos da região, mas impedidos de manter, com ela os mesmos tipos de contatos e de práticas. A necessidade de sobrevivência nas condições atuais coloca este grupo diante de um quadro de conflito cultural.

O grupo age à sua maneira, resistindo; contudo há poucas ações (ou isoladas) para cuidar do homem inserido naquele espaço. Existe certa preocupação com a natureza (diversidade biológica), contudo não há uma preocupação com as diferenças e a diversidade psicocultural como um todo. Os pescadores se consideram natureza, porém não são considerados como tal e, por isto, são excluídos da mesma.

Para Diegues (1996) a biodiversidade implica na dependência da diversidade biológica, social e cultural. Porém o que encontramos é uma preocupação crescente com a perda da diversidade biológica e com a conseqüente criação de parques e reservas de preservação com o intuito de preservar a beleza estética e riqueza natural, mas poucas ações para manter o homem inserido

nestes espaços. Nos conflitos existentes na região, poucos consideram que o homem faz parte da natureza, e, portanto, preservar a natureza seria preservar o homem com sua cultura, aquela que, inclusive, permitiu e manteve o ambiente tal como está. Não se valoriza o saber que os pescadores possuem.

As implicações das transformações ou permanências nas Representações Sociais na vida dos pescadores é a perda gradativa da identidade vinculada a uma vida tradicional, ribeirinha, enfim, a perda gradativa de uma cultura e de uma história. Isto já é visível pela diminuição gradativa do número de pescadores profissionais, e o núcleo de resistência é cada vez menor. Como os próprios pescadores constataram, a atividade pesqueira não tem futuro e sem ela toda a cultura envolvida será gradativamente perdida ou esquecida.

Acreditamos que qualquer pretensão futura de gerenciamento da região deve levar em consideração as constatações deste e dos outros estudos, pois ações desvinculadas de um saber anterior e da participação e envolvimento dos interessados com certeza estará sujeita a sua não concretização.

REFERÊNCIAS

- Abric, J-C. (2000) A abordagem estrutural das representações sociais. In: Moreira, A.S.P. e Oliveira, D.C. de. *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. (2a ed.) Goiânia: AB.
- Agostinho, A. A. & Zalewski, M. (1996) *A planície alagável do alto rio Paraná: importância e preservação*. Maringá: EDUEM.
- Agostinho, A. A.; Thomaz, S. M.; Minte-Vera, C. V. & Winemiller, K. O.. (2000). Biodiversity in the high Paraná river floodplain. In: B. Gopal; W.J. Junk; J.A. Davis (Eds.) *Biodiversity in Wetlands: assessment, function and conservation*. Backhuys Publishers, Leiden, The Netherlands v.1, p. 89-118.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1983). *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Ciampa, A. C. (2001). *A estória do Severino e a História da Severina*. (7a reimpressão da 1a impressão). São Paulo: Brasiliense.
- Chaui. M. (1982). *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense
- Diegues, A. C. S.(1996). *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec.
- Duarte Júnior, J-F. (1984). *O que é Realidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Godoy, A.M.G. & Ehlert, L.G. (1997), Porto Rico: a difícil sobrevivência do homem e do meio ambiente. In: VAZZOLER, A. E. A. de M. et al.. *A planície de inundação do alto rio Paraná - Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá: Eduem. Cap. III-4, p. 335-349.
- González Rey, L. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Porto Rico – PR*. Recuperado em 10 de setembro de 2010 de: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>.
- Jodelet, D. (org). (1989) *Les Representations Sociales*. Paris, PUF.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet, D. (Org). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Lima, A. F. de. (2007, dezembro) Para uma reconstrução dos conceitos de massa e identidade. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 7, n. 14. Recuperado em 29 de novembro, 2010: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X27203&lng=pt=iso.
- Lima, A. F., Ciampa, A. C. & Almeida, J. A. M. (2009). Psicologia Social como Psicologia Política? Uma discussão acerca da relação entre teoria, prática e práxis. In: *Revista de Psicologia Política*, Vol. 9, N° 18. Recuperado em 29 de novembro, 2010 de:

http://academia.edu.documents.s3.amazonaws.com/1688875/texto_completo_praxis_revista_de_psicologia_politica_ultimate_finalizado_.pdf

Martins, J. & Bicudo, M.A.V. (1989). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Moraes e EDUC.

Michener, H. A.; DeLamater, J. D. & Myers, D. J. (2005). *Psicologia Social*. São Paulo, Pioneira Thomson.

Moscovici, S. (1978). *A Representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Moscovici, S. (2005). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. (3a ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.

Paiola, L. M. & Tomanik, E. A. (2002). Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná. *Acta Scientiarum*. Maringá, v.24, n.1, p.175-180.

Paiola, L.M. (2009). *Porto Rico: trabalho, turismo, progresso e ideologia*. Qualificação do doutorado. NUPELIA, Maringá.

Paiola, L.M., Sponchiado, D. & Tomanik, E.A. (no prelo). *Representações sociais de natureza e trabalho dos Pescadores Profissionais de Porto Rico*.

Rosa, M. C. (1997). Processo de Ocupação e situação atual. In: Vazzoler, A. E. A. de M. Agostinho, A. A. & Hahn, N. S. *A planície de inundação do alto rio Paraná - Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá: Eduem. cap. III-1, p. 371-394.

Sá, C. P. (1993). Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: Spink, M. J. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

Sá, C. P. (1996). *Sobre o Núcleo Central das Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.

Sá, L. C. T. de. (2002). *História Local e Ambiente: recortes históricos sobre o município de Porto Rico, Paraná*. Dissertação de mestrado. NUPELIA, Maringá.

Souza, E. E. (coord); José C. Stevaux; Cristhiane M. Passos Okawa; Ibarra, A.A.J. et al. (2008). *Meio físico: geologia e geomorfologia*. Cap.1. Recuperado em 30 outubro, 2010 de: <http://www.peld.uem.br/Relat2008/pdf/Capitulo01.pdf>.

Spink, M.J. (1993). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

Sponchiado, D.; Eidt, N. M. & Tomanik, E. A. (2002). As Representações sociais sobre o trabalho elaboradas pela população economicamente ativa de uma comunidade ribeirinha do rio Paraná. *Acta Scientiarum*. Maringá, v. 24, n. 1, p. 181-188.

Tomanik, E. A. (1994). *Olhar no Espelho: "conversas" sobre a pesquisa em Ciências Sociais*. Maringá: EDUEM.

Tomanik, E. A. (1997). Elementos sobre as representações sociais dos pescadores “profissionais” de Porto Rico. In: Vazzoler, A. E. A. de M. Agostinho, A. A. & Hahn, N. S. *A planície de inundação do alto rio Paraná - Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá: Eduem. cap. III-3, p. 415-434.

Tomanik, E. A., Godoy, & Elhert (1997). A vida na região: dados socioeconômicos do núcleo urbano de Porto Rico. In: Vazzoler, A. E. A. de M. Agostinho, A. A. & Hahn, N. S. *A planície de inundação do alto rio Paraná - Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá: Eduem. Cap. III-2, p. 395-414.

Tomanik, E. A. (2002). Ocupações do espaço, condições de vida e representações sociais. *Revista de Ciências Humanas*. V. Espec., 225 - 234.

Tomanik, E.A. & Godoy, A.M.G. (2004). Demographic Studies in the Upper Paraná River Floodplain. In: Agostinho, A.A.; Rodrigues, L.; Gomes, L.C.; Thomaz, S.M. e Miranda, L.E. (Eds). *Structures and functioning of the Paraná River and its floodplain: LTRE – site 6 – (PELD-sítio 6)*. Maringá: Eduem. p. 253-258.

Vazzoler, A. E. A. de M. (1996). *Biologia de reprodução de peixes teleósteos: teoria e prática*. Maringá: Eduem; São Paulo, SBI.

Wagner, W. (2000) Sócio-Gênese e características das Representações Sociais. In: Moreira, A. S .P. e Oliveira, D. C. de. *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. (2a ed.) Goiânia: AB.